



Anais da Assembléia

N. 105

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE OUTUBRO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

(a) PAULO FURIATTI

ATA DA 092.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 1985.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Ezequias Losso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (55). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Edmar Luiz Costa, Nelson Vasconcellos e Roberto Requião (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procedo à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, Regime de Urgência ao projeto de Lei n. 195/85, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que objetiva estruturar o Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER Regime de Urgência, ao Projeto de Lei n. 195/85, que dá nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, após ouvido o Plenário, a retirada e conseqüente arquivamento do Projeto de Lei n. 62/85, de minha autoria e constante da ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por três sessões, o Projeto de Lei n. 79/85.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor MARTINS PEREZ, ocorrido no dia 01/10/85 em nossa Capital.

O extinto era pessoa de grande relacionamento nos meios sociais, vindo o seu falecimento causar enorme consternação a seus familiares e amigos.

Requer ainda, seja dada ciência dessa decisão à família enlutada, na Rua José Veríssimo, 1050 - Alto Taramã - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Senhor HERBERT JOÃO CARLSSON, comerciante radicado na cidade de UNICÃO DA VI-

TÓRIA, e Conselheiro Fiscal do Banco BAME-RINDUS do Brasil, ocorrido no dia 6 de outubro deste ano, às 9:00 horas nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ANA CASTELLA, ocorrido em data de ontem, nesta Capital.

Da decisão do Plenário, solicito que se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Honorina Vargas Blanc, pertencente a tradicional família montagrossense, deixando viúvo o Senhor Menandro Blanc, três filhos, nove netos e dois bisnetos, ocorrido no dia 07/10 p.p., na cidade de Ponta Grossa.

Requer outrossim, seja dado ciência da decisão do Plenário, com envio de expediente à família enlutada, à Rua Colombo, 236, Jardim América em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, voto de congratulações ao Prefeito LUIZ CARLOS JORGE HAULY, pela passagem do 38.º aniversário do Município de Cambé.

Solicito também o envio de cópia da correspondência ao Excelentíssimo Senhor ALCIDES ALEXANDRINO, Presidente da Câmara Municipal de Cambé.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em ata, um voto de congratulações ao Colégio e Curso Decisivo, pela realização de suas olimpíadas.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de regozijo e manifestação de cumprimentos à Corporação do Corpo de Bombeiros do Paraná, na pessoa de seu Comandante, Coronel Antônio Amaury Dittrich, pela passagem, nesta data, do septuagésimo terceiro aniversário daquela Corporação.

Desta decisão, requer seja dado ciência.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Assembléia Legislativa, voto de louvor à C.R. ALMEIDA S/A - Engenharia e Construções, com matriz nesta Capital, por ter sido escolhida como a empresa de construção pesada de melhor desempenho no Brasil durante o ano de 1984, cuja honraria lhe foi conferida através da Editora Abril, no último dia 04 de outubro. Requer, outrossim, seja dado ciência deste requerimento ao Doutor CECÍLIO RÊGO ALMEIDA, D.D. Diretor Presidente dessa conceituada empresa.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

A C.R. Almeida S/A - Engenharia e Construções, com matriz nesta Capital, é uma sociedade anônima de capital integralmente nacional, fundada pelo Engenheiro Civil Cecílio do Rêgo Almeida, no ano de 1958.

Desde a sua fundação, a empresa vem se dedicando basicamente a uma atuação na área de obras públicas de porte, desenvolvendo uma política de integração vertical e horizontal, constituindo sociedades coligadas que se fazem presente nos campos da indústria e comércio, agropecuária, mineração, fabricação de explosivos, transporte pesado, hotelaria e turismo, aviação civil e exportação, com atividades em todo território brasileiro.

Por outro lado, atendendo ao mercado de obras públicas, a C.R. Almeida S/A tem contratado com os poderes públicos federais, estaduais e municipais, diversos empreendimentos, tais como hidrelétricas, barragens, ferrovias, rodovias, portos, canais, aeroportos, oleodutos, túneis,

pontes, viadutos e outras obras de engenharia especializada.

Dentre as principais obras públicas já concluídas e entregues pela empresa, destacam-se, no Paraná, a Estrada de Ferro Central do Paraná e a Rodovia Curitiba - Paranaguá.

Durante vinte anos de atividades, o conglomerado liderado pela C.R. Almeida S/A., Engenharia e Construções vem desempenhando destacado papel nos mais diversos setores da economia nacional, com atuação preponderante na absorção de mão-de-obra e presença constante nos mais importantes programas de obras do Governo, colaborando ativamente para o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil, o que justifica plenamente a honraria recebida e este requerimento para que a homenagem fique consignada nos Anais desta Casa de Leis, como exemplo às gerações futuras.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da construção de uma ponte sobre o Rio Claro, na Municipalidade de Engenheiro Beltrão.

Torna-se de fundamental importância que essa Pasta, mediante disponibilidade financeira, determina a liberação de recursos orçamentários para a construção de uma ponte sobre o Rio Claro, estrada velha que liga o Município de Engenheiro Beltrão com a localidade de Figueira do Oeste.

A reivindicação é muito antiga. Desta feita é formalizada pela família Jácomo Rozolen, que, a exemplo de inúmeras outras famílias que possuem propriedades rurais naquela região, vêm sendo sistematicamente prejudicadas pela ausência de uma ponte, bem com as condições gerais daquela estrada.

Face à exposição de motivo é de se esperar o encaminhamento de medidas que viabilizem a construção da ponte do Rio Claro, pondo fim aos já citados problemas.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Admi-

nistração, no sentido da realização de reformas gerais nas instalações do Colégio Estadual João XXIII, localizado na Municipalidade de Janiópolis.

Com base em solicitação formalizada pelo Excelentíssimo Senhor Neurides Valber Brero, Prefeito Municipal de Janiópolis, a realização de reformas gerais nas instalações do Colégio Estadual João XXIII, tradicional estabelecimento que integra a rede de ensino naquela cidade, precisa, urgentemente, de voltar a funcionar com plenas garantias a nível de segurança aos seus frequentadores.

Por certo, ante a exposição de motivos, a presente solicitação, sem dúvida alguma, merecerá dessa Secretaria e EMOPAR, a necessária atenção, que é a concretização de um pedido bastante antigo.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, através do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, encarecendo a ampliação da rede de energia elétrica no perímetro urbano da Municipalidade de Fênix.

O Ilustríssimo Senhor Alcides Ferreira, que já foi Prefeito daquele município, afirma que é de fundamental importância a ampliação da rede de energia em algumas faixas do perímetro urbano, visto que, muitas são as famílias de pouco poder aquisitivo não dispõem deste indispensável benefício.

Por tratar-se de uma justa reivindicação, face ao alcance social que dela resultará, espera-se da COPEL o encaminhamento de medidas concretas que proporcionem beneficiar aquela cidade, favor da população mais pobre economicamente.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte encarecendo o envio de instrumentos musicais para a Fanfarra Estudantil de Terra Boa.

Objetivando eliminar algumas deficiências atualmente existentes, além de ampliar seu corpo musical, a Fanfarra Estu-

dantil de Terra Boa está presisando de novos instrumentos. No entanto, para que isto seja efetivamente possível, é necessário, conforme salienta em correspondência encaminhada, o Ilustríssimo Senhor Mário Takano, que é o instrutor, que essa Pasta dê o seu auxílio.

Neste sentido, de acordo com relação em anexo, espera-se, por parte dessa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, o envio dos citados materiais, o que vai conseqüentemente permitir a referida Fanfarra Estudantil melhores condições de continuar proporcionando o brilho nas comemorações cívicas que comumente acontecem naquela progressista cidade.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo a realização de estudos visando a criação e instalação de um laboratório para classificação de sementes na Municipalidade de Campo Mourão.

Dentre as regiões que constituem o Estado do Paraná, fora de qualquer dúvida, a que é polarizada por Campo Mourão destaca, em termos de agricultura, como a de maior produtora de sementes, sem comentar ainda o alto vigor vegetativo dos seus cultivos.

No entanto, em que pese haver uma série de fatores que contribuem decisivamente para o processo produtivo, existem, ao mesmo tempo, alguns problemas, a nível de estrutura, que precisam ser eliminados, a fim de dotar a região de condições à altura do estágio desenvolvimentista que atravessa nos dias de hoje.

Neste sentido, conforme objetiva o presente requerimento, faz-se necessário, num menor espaço de tempo possível, a implantação de um laboratório de sementes. Com tal benefício poderá, como se espera, eliminar, já de início, a dependência que ocorre atualmente com relação a qualidade das sementes fiscalizadas.

Ademais, é importante ressaltar que esta solicitação vem de encontro a interesses manifestados neste sentido pela COAMO - Cooperativa Agropecuária Mourãoense (com sede em Campo Mourão); COAGEL - Cooperativa Agropecuária Goioerê (sediada em Goioerê); pelo Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura; pelo conjunto

dos agricultores e engenheiros agrônomos daquela rica e vasta região.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua à Douta Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Doutor Luiz Cordoni Júnior, solicitando em regime de urgência, estudos no sentido da construção de um Posto de Saúde em Laranjeiras do Sul, por motivo de que o existente, não oferece nenhuma condição de atendimento.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

() ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

O município de Laranjeiras do Sul é um dos maiores do Estado, tanto em população quanto em produção, por se achar em um posicionamento privilegiado geograficamente e pela sua capacidade do solo, pois são as terras mais férteis do Paraná.

Em decorrência destas virtudes, ocorre uma grande demanda de gente para aquele Município, ocasionando um ágil fluxo de pessoas de todos os tipos, oriundas das mais diversas regiões do Estado e do País.

Necessário se faz, portanto, o atendimento de um Posto de Saúde bem equipado, com local amplo, bem arejado, com condições higiênicas satisfatórias. Bem pintado, bem coberto, bom aspecto e principalmente munido das prioritárias regras de segurança sanitárias.

Lamentável é admitir que o atual, encontra-se em estado deplorável, totalmente deteriorado, sem salas suficientes e sem as mínimas condições de uso, por parte da população migrante daquela região.

O povo laranjeirense aguarda com ansiedade uma pronta intervenção do Governo Estadual, através desta magna Secretaria a fim de que sejam encaminhados os recursos necessários para a elaboração daquela obra, tão necessária ao bom atendimento médico-sanitário à população e melhores condições de trabalho aos servidores.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua à Douta Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Doutor Luiz Cordoni Júnior, solicitando dentro da

maior brevidade possível, estudos no sentido da construção de um Posto de Saúde em Altamira do Paraná, em virtude do atual não oferecer nenhuma condição higiênica para atendimento.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Um posto de saúde, segundo as leis e portarias da saúde pública, tem por obrigação manter a higiene, equipamentos, instrumentos, possuir salas bem arejadas, limpas, paredes bem pintadas e condições assépticas adequadas, pelo mínimo.

Triste é constatar que o posto lá existente, não possui as mínimas condições de uso, razão pela qual tem ocorrido até casos de contágios, em decorrência da inadequação daquelas instalações para um posto de saúde.

Azulejos se soltando, paredes apresentando fissuras alarmantes falta de móveis e equipamentos suficientes e o que é chocante, os servidores não tem condições de prestarem um atendimento mínimo à população.

Diante do exposto, o muito obrigado da coletividade, por prestar seu apoio a esta reivindicação que, mais que justa, é necessária para o bom desempenho da educação sanitária e a terapia médica adequada.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Luiz Felipe Haj Mussi, solicitando que o mesmo providencie estudos buscando viabilizar uma forma de isentar da taxa para a obtenção da Carteira de Identidade, os estudantes maiores de 16 (dezesseis) anos, considerados carentes.

De acordo com as exigências da Lei Federal n. 7.088, de 23 de março de 1983, as escolas, para expedir documentos aos estudantes maiores de 16 anos, necessitam que os mesmos apresentem a respectiva Cédula de Identidade. Os alunos carentes, de 1.º e 2.º. Graus, por não possuírem condições de obtenção da Cédula de Identidade, ficam com os documentos escolares pendentes, causando sérios transtornos aos estudantes e às escolas.

A medida que estamos propondo, por sugestão do Senhor Vereador Vilmar Luiz Turok, da Bancada do PMDB na Câmara Municipal de Guarapuava, contém, portanto, elevado alcance social.

Estamos convencidos de que Vossa Excelência dará ao assunto a prioridade que o

mesmo merece.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica à Douta Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Luiz Felipe Haj Mussi, solicitando em regime de urgência a construção da Delegacia de Polícia de Altamira do Paraná, objetivando uma melhor atenção aos presos e aos servidores Delegados, Agentes, Inspetores e visitantes que diariamente utilizam-se dos serviços daquela Delegacia.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente, o imóvel em que se encontra atualmente instalada a Delegacia de Polícia, encontra-se em estado deplorável, com as paredes em ruínas, os pisos e paredes em total abandono e o que é pior, o imóvel é alugado de particular, causando com isto, sérios transtornos.

Considerando que as portas estão quebradas e sem oferecerem nenhuma segurança, que não existe cozinha, nem banheiros, nem sanitários, com os vidros a maior parte quebrados, é inadmissível esperar uma melhor ação por parte da polícia e utópico esperar o apoio da coletividade.

Leve-se em conta também o fator mais significativo, que é o de que ALTAMIRA DO PARANÁ ser um dos maiores municípios do Paraná tanto em habitantes, quanto em produção, razão pela qual solicitamos a brevidade em virtude do inquestionável estado de abandono que se encontra aquela delegacia.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, encarecendo a adoção de providências, junto às Secretarias da Educação e da Administração, no sentido de que, na forma da legislação vigente, seja realizado teste seletivo interno para que, aos Professores do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, se proporcione a oportunidade de ingresso no Quadro Próprio do Magistério.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

Prevê a Lei n. 7.424, de 17 de dezembro de 1980, ao estabelecer o Plano de Classificação de Cargos, em seu art.25, parágrafo único, que "o ocupante de cargo de Professor do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, que preencha os requisitos legais para o exercício de cargo do Quadro Próprio do Magistério, poderá participar de processo seletivo interno para ingresso em cargo do referido Quadro Próprio, observadas a habilitação específica e a existência de vaga, ficando extinto o cargo que ocupava no Quadro Único".

Posteriormente, a Lei n. 8.049, de 26 de dezembro de 1984, que dispõe sobre enquadramento, mediante opção, no Quadro Próprio do Magistério, de Professores do Quadro Único de Pessoal, que possuam ou vierem a possuir a habilitação que especifica, também se refere, em seu art.2º, à aplicação de teste seletivo interno "aos professores amparados pela lei n. 7.208, de 15 de dezembro de 1979.

Ocorre que, apesar da previsão legal, há três (3) anos as Secretarias da Educação e da Administração não promovem o referido teste seletivo interno. Com isso, nada menos que 147 (cento e quarenta e sete) Professores devidamente habilitados não conseguem ingressar no Quadro Próprio do Magistério.

Além de inegáveis prejuízos de natureza funcional, como a impossibilidade de obter promoções e outras vantagens inerentes à classe, tais professores ainda se vêem prejudicados seriamente em seus vencimentos, uma vez que é de aproximadamente 40% (quarenta por cento) a diferença entre o que se percebe no Quadro Único e o que se perceberia no Quadro Próprio do Magistério.

Vê-se, pois, que existe uma situação injusta, que precisa ser corrigida o quanto antes. E o caminho para isso é a realização de teste seletivo interno, conforme prevê a legislação acima aludida.

Daí, a necessidade de que o Senhor Governador determine as providências cabíveis, a fim de que se faça justiça a membros de uma classe tão valorosa quanto sofrida, a classe dos professores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor GILBERTO GARBI, DD. Presidente da TELEPAR, através da Secretaria de Estado do Interior, solicitando a instalação urgente de um P.S. (Posto de Serviço) na localidade de São Miguel, município de Planalto.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação é uma aspiração da comunidade, que conta com o apoio das lideranças locais, vez que a população se ressentia pela falta desse meio de comunicação mais rápido com outras localidades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, encarecendo sejam determinadas providências com vistas à pavimentação da BR-163, trecho entre Marechal Cândido Rondon e Medianeira, de forma a proporcionar o incremento do turismo nos Municípios banhados pelas águas do lago de Itaipu.

Sala das Sessões, em 08/10/85.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

JUSTIFICATIVA:

Todos os Municípios da região Oeste que tiveram áreas cobertas pelas águas do lago de Itaipu sofreram enormes perdas, não só pela inundação de terras férteis, como pela redução de suas populações, forçadas a se deslocarem para outras plagas.

Guaíra, principalmente, teve seu movimento turístico de mais de 30 mil pessoas por dia reduzido praticamente a zero, após o desaparecimento das insubstituíveis Sete Quedas.

Para compensar, ao menos em parte, toda essa irreparável perda, nada se fez até agora, o que vem gerando protestos e criando muitos problemas para os Municípios da área.

Uma das formas de minorar um pouco a situação seria a imediata pavimentação da BR-163, a Rodovia do Turismo, trecho Marechal Cândido Rondon-Medianeira, na intersecção com a BR-277, que demanda Foz do Iguaçu. A distância entre Guaíra e Foz do Iguaçu ficaria, então, reduzida em aproximadamente 90 quilômetros, com evidentes benefícios para os passeios turísticos rodoviários à margem do lago de Itaipu.

Ressalte-se que a pavimentação da BR-163 viria beneficiar diretamente não apenas Guaíra, já ligada por asfalto a Marechal Cândido Rondon, mas também esta cidade, além de Santa Helena, São Miguel do Iguaçu, Medianeira e Santa Terezinha.

Daí, a necessidade de que o Executivo Estadual se mostre sensível à reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a todos os Deputados Federais e Senadores, Representantes do Estado do Paraná, para que posicionem-se em defesa do PRONOROESTE e PRODOPAR, bem como à SEPLAN, do Ministério do Planejamento, em Brasília, sugerindo uma revisão no atual Projeto de Lei Orçamentária, 1986.

O PRODOPAR, por força do decreto, deve ser incluído pela SEPLAN no Orçamento enviado ao Congresso, e para surpresa maior o PRONOROESTE decresceu de 45 bilhões de cruzeiros para 12 bilhões e ainda por cima o PRODOPAR foi excluído, apesar de todos os pronunciamentos e apelos feitos em favor da não extinção do PRODOPAR. Sendo assim sugerimos que enviem emenda reconsiderando a posição no sentido de reparar o acontecido.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1985

(a) GERNOTE KIRINUS.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 253/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica fixado em 50 (cinquenta) anos completos, o limite de idade para inscrição em concurso para ingresso no serviço público estadual.

Art.2.º - É vedado a qualquer órgão da administração direta ou indireta do Estado do Paraná, estabelecer limite de idade inferior ao fixado no artigo anterior.

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1985

(a) IVAN GUBERT.

JUSTIFICATIVA:

O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Paraná, fixa atualmente em 45 anos completos, o limite de idade para a inscrição em concurso para o ingresso no serviço público.

Esse diploma legal permite, porém, que seja reduzido esse limite máximo, a critério do órgão público que venha a promover o concurso.

Daí porque consideramos oportuna a apresentação do presente plano de lei, uma vez que, ao mesmo tempo que amplia o limite de idade, torna obrigatória a sua manutenção em todos os concursos que doravante sejam promovidos por quaisquer órgãos da administração direta ou indireta de nosso Estado.

Esperamos, pois, com o apoio dos ilustres Senhores Deputados para a aprova-

ção do presente projeto.

PROJETO DE LEI N. 254/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Todos os contratos referentes a serviços de construção, obras e serviços de engenharia firmados com o Estado do Paraná ou os respectivos órgãos da Administração direta e indireta, conterão obrigatoriamente a fixação do prazo de pagamento das respectivas faturas.

Parágrafo Único - O prazo de que trata este artigo não excederá de 30 (trinta) dias da aceitação do documento comprobatório da realização dos serviços e obras realizados.

Art.2.º - Ficam estabelecidos juros de 12% (doze por cento) ao ano e correção monetária pelos índices mensais das ORTNs, a serem aplicados nos casos de atrasos nos pagamentos a que se refere esta lei.

Art.3.º - Será responsabilidade funcionalmente a autoridade que tenha negligenciado o pagamento tempestivo das faturas referidas no artigo 1.º no prazo contratual, quando comprovada a existência, então, de recursos disponíveis.

Art.4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1985

(a) IVAN GUBERT.

JUSTIFICATIVA:

É reconhecidamente aceito que as empresas construtoras vêm sofrendo, os efeitos dessa difícil situação econômico-financeira porque passam a Nação e o Mundo. E não se perca de vista também que as empresas de construção civil são responsáveis por um número considerável de empregos, sendo obrigação do Governo prover pela sua estabilidade e continuidade.

Se não se der proteção ao empresário no que se refere aos seus recebimentos, estaremos com certeza empurrando-os ao caminho de insolvência, e sobretudo, desestimulando-o à continuidade no seu ramo de negócio. Nos dias de hoje, quando a política econômica vigente, erroneamente, faz da especulação financeira a mais rentável das atividades, é hora de se estimular e proteger toda e qualquer atividade produtiva.

Por tais razões, grande é a nossa preocupação com respeito aos atrasos nos pagamentos de serviços prestados ao Estado ou a seus órgãos, o que afeta grandemente a economia dessas empresas. Por outro lado, não é justo que o próprio Estado venha a contribuir, com os constantes atrasos na solução de seus débitos, para a insolvên-

cia e desativação dessas firmas.

Nestas condições, espero merecer dos nobres Pares o necessário apoio para o presente projeto de lei que objetiva não apenas garantir às empresas o recebimento, em dia, de seus haveres, como também evitar que o Estado venha a arcar, desnecessariamente, com o ônus de possível atualização monetária do débito.

PROJETO DE LEI 285/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica declarado de Utilidade Pública o SINDICATO RURAL DE CASCAVEL, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1985

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

A documentação que acompanha o presente plano de lei, preenche os requisitos exigidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria de utilidade pública em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Péricles.

O SR. DEPUTADO PÉRICLES PACHECO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"O momento nacional exige, nesta fase em que 40% dos eleitores brasileiros preparam-se para ir às urnas em 15 de novembro próximo, definições bem claras dos homens públicos. Acreditamos que cada um de nós que detém liderança junto à comunidade - e os Deputados de forma particular - é chamado a declinar objetivamente suas posições em face desse quadro em que se joga o processo de consolidação do regime democrático.

Assim, queremos registrar nos Anais desta Casa do povo, desta Casa que é a melhor caixa de ressonância das aspirações populares, nossa palavra de estímulo à candidatura de Jaime Lerner e Fernando Fontana para Prefeito e Vice-Prefeito de Curitiba. E o fazemos em primeiro lugar porque entendemos que o munus parlamentar de que estamos revestidos não nos faz meros representantes de regiões geo-econômicas. Somos representantes da comunidade paranaense e com ela, como um todo, temos responsabilidades intransferíveis, porque para tal fomos eleitos em 1982.

Curitiba não apenas nos honrou, de forma muito particular, com uma votação que consideramos expressiva em 1982 - próxima mesmo até àquela conseguida por alguns Vereadores desta cidade-, como é o ponto de referência de nosso cotidiano, o centro das grandes decisões político-administrativas com reflexo em todo o Estado. Não há, pois, como este Parlamentar - e acredito que o mesmo aconteça com os demais nobres Deputados - dissociar-se do que se passa na Capital do Paraná sob a alegação de que nossos fortins eleitorais concentram-se em outras áreas do Estado.

É, pois, imbuído desta verdade, que patenteamos, mais uma vez, nosso apreço à vinculação do Partido da Frente Liberal ao nome de Jaime Lerner e Fernando Fontana. Eles sintetizam, com seus currículos, com os serviços prestados ao Paraná, a melhor escolha que se poderia fazer.

Jaime Lerner responde aos anseios fundamentais da população curitibana. E esta é uma afirmação de toda verdade, pois sabemos que o próprio Governo do Estado, quando tratava o PMDB de encaminhar nomes para a sua convenção municipal, promoveu, a pedido do Palácio Iguazu, uma sondagem de opinião pública, trabalho desenvolvido por um dos mais respeitáveis institutos de averiguação de tendências do eleitorado.

E tal sondagem, Senhor Presidente - Senhores Deputados, que não é mais segredo, porque já registrada pela imprensa de Curitiba, definiu para o partido do Governo, o perfil ideal de candidato. O perfil do homem público que o cidadão Curitibano quer ver administrando a Capital de todos os paranaenses.

Os resultados não nos surpreenderam, não foram surpresa para o Partido da Frente Liberal. Em linhas gerais - constatou a pesquisa - o eleitor curitibano está em busca de um candidato que, em primeiro lugar, acima de outras qualidades, seja administrador competente. Que tenha um currículo de realizações voltado aos interesses da comunidade.

Ora, ontem foi o ilustre Deputado Ivan Gubert que registrou para os Anais desta Casa as palavras expressas pelo Senador Álvaro Dias, quando Deputado Federal, em 1978, resumidas no documento "A História pede passagem", volume II, em que o atual Presidente regional do PMDB consignava toda sua carga de apreço, admiração e reconhecimento à obra administrativa inovadora que Jaime Lerner realizara em Curitiba como Prefeito.

Hoje, fazendo ecoar as palavras do então Deputado Álvaro Dias, guiados pelo mesmo bom senso e pelas mesmas razões que levaram o atual Presidente do PMDB regional a manifestar-se com tanto entusiasmo pela Obra de Jaime Lerner, nós também não

vemos como fugir do juízo da História. Ela é inexorável. Mostra-nos um urbanista de perfil reconhecido internacionalmente cujo traço maior é a competência comprovada, o administrador que fez a vida desta Curitiba dividir-se nitidamente no "antes" e no "depois" de Jaime Lerner.

É dentro deste espírito, e acreditando que o homem público tem a obrigação de se tornar parceiro da História é que reconhecemos o grande acerto da capacidade vitoriosa de Jaime Lerner, opção daqueles que querem Curitiba com seus traços urbanísticos modelares mantidos e ampliados. E também daqueles que sabem, definitivamente, que Lerner poderá atender - tal como o fez nas suas administrações anteriores - as mais prementes necessidades de uma população carente e que reclama, de vez, a implantação de medidas sociais em seu benefício e não meros paliativos".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gabriel Manoel, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados, imprensa e povo do meu Paraná!

Nós estamos satisfeitos, embora vejamos que o Deputado Requião tem dois corações - um coração bolchevista, um coração comunista, contra os princípios da Terra de Santa Cruz!

Erga a cortina do passado, Deputado Requião, e veja como os descobridores do Brasil, da Terra de Santa Cruz, estão a tremer em seus túmulos, ao ver o apoio ostensivo, e manobrado pelo Governo transparente e participativo do PMDB!

Hoje, para a satisfação dos anticristãos, para a satisfação dos homens que querem garrotear o princípio cristão deste País, o Deputado, ou, os candidatos do lado de lá, num golpe de estratégia, num golpe talvez articulado entre quatro paredes, receberam, ostensivamente, o apoio do ex-candidato a Prefeito, do comunismo internacional. Onde está o coração dessa gente? Onde estão os homens que definem, sob a égide da Santa Cruz, os princípios cristãos deste Brasil querido? Talvez, até, façam uma aliança, com o diabo! Talvez, quiçá, Deus ainda é brasileiro, Deus, em sua infinita bondade e misericórdia, há de perdô-los, porque os comunistas falam numa democracia participativa, e o PMDB hoje, os acompanha!

Vejamos o espelho do bolchevismo, o espelho dos tacões das botas dos homens, hoje defendidos pelo ilustre candidato do PMDB! É o comunismo, é a foice e o martelo a sobressaltar a consciência dos cristãos, a sobressaltar, Senhor Presidente, os ho-

mens de fé cristã, seja qual for a sua sigla político-partidária! O que não toleramos, Senhor Presidente, é a farsa do avestruz, que enterra a sua cabeça na areia, e deixa o corpo, de fora!

Senhor Presidente, voltaremos quantas vezes necessário for, para dizermos aos Deputados do "senta-levanta", que, nós não queremos um País comunista, porque o comunismo é contra o cristianismo. Só não o sabe, quem é ignorante! Vejam o espelho da Rússia bolchevista, vejam o espelho da égide da foice e do martelo!

Queríamos, neste instante, dizer isto, ao povo brasileiro, ao povo curitibano, ao povo desta terra de cristãos, desta terra do Concílio Ecumênico, que, digam um "basta", aos homens que vão se subjugar aos tacões da força e do martelo, para cubanizar o Brasil. Porque foi assim com Cuba, foi assim na Checoslováquia e será assim no Brasil se não dissermos um basta para os comunistas de Hélio Manfrinato.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Airton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As piadas dos fracos, nós respondemos com denúncias sérias. Às brincadeiras num ambiente que deve ser sério, nós respondemos com a gravidade daqueles atos que caracterizam a ditadura dentro da democracia.

Venho denunciar da tribuna desta Casa o achaque político comandado pelo Palácio Iguaçu, contra o ex-Governador Paulo Pimentel, candidato do Partido Democrático Social à Prefeitura Municipal de Curitiba. De todos é sabido, que ao PMDB, nunca interessou a candidatura do ex-Governador Paulo Pimentel. Foram feitas pressões de todas as naturezas, todas elas frustradas. Sub-repticiamente, o Governo do PMDB e seus seguidores, trataram de espalhar pela cidade, que a candidatura de Paulo Pimentel não tinha consistência e não iria sobreviver. Às vezes, foram subreptícias essas informações, quase sempre claras, buscando desestabilizar a candidatura de Paulo Pimentel à Prefeitura de Curitiba.

Como essas estratégias do PMDB não surtiram os resultados que o Governo do Estado e a Prefeitura de Curitiba, pretendiam, passou-se então, a agir como nos tempos mais áureos da ditadura de todos os tempos no Estado do Paraná. E tenta agora o Governo do PMDB, desestabilizar a candidatura de Paulo Pimentel pela via econômica, discriminando os seus órgãos de comu-

capão e impondo-lhe uma condição: ou Paulo desiste de ser candidato ou Paulo perde a mídia publicitária do Governo do Paraná. Entendam, Senhores Deputados, a gravidade deste assunto que prova com toda a tranqüilidade, a grande corrupção que se instalou do governo paranaense. Os ditames ditatoriais de outros tempos são os mesmos que regem hoje o PMDB, que, para mascarar as suas atitudes, se ocupa de uma Casa séria como esta para brincar com os Senhores Parlamentares. Mas, nós não estamos aqui para brincadeira, não nos intimidam as metralhadoras giratórias nem do Palácio do Governo, nem da Prefeitura de Curitiba, nem da Bancada do PMDB com assento nesta Casa.

É verdade que sem as armas do PMDB e dos seus poderes, mas com a coragem e a dignidade que nós temos, nós iremos até o fim desta luta desafiando a quem quer que seja a comparecer à praça pública para debater com todos nós sobre a moralidade deste governo imoral que está instalado no Paraná.

Quero dizer da tribuna da Assembléia Legislativa que Paulo não vai desistir, não vai se curvar às pressões do Governo paranaense, será candidato até o final, pelo voto popular vai desmistificar os que se instalaram depois de 1982 no Palácio do Governo.

Enquanto isso, queremos explicações mais completas do Governo José Richa que faz o povo ver e ouvir o que não quer, contratando mais uma vez uma rede estadual de televisão para falar ao povo do Paraná, mentiras paranaenses, camuflar a verdade, desrespeitar a vontade de escolha, impondo a todo o Paraná pela televisão a sua fala, a sua fisionomia pavorosa mentindo para os paranaenses com o dinheiro do nosso povo.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou encaminhando à Mesa, requerimento ao Senhor Governador do Estado solicitando que ele determine às Secretarias da Administração e da Educação para promover teste seletivo para dar oportunidade àqueles professores que alcançaram estabilidade pela Lei n. 7.208, de 15 de dezembro de 1979, e que lamentavelmente, desde 1982, o teste seletivo que a Secretaria da Administração, por proposta da Secretaria da Educação, deve proceder, esse teste não aconteceu.

SE. A justificativa de meu requerimento, Senhores Deputados, é a seguinte: que passo caber: nem logo instalada a ditadura. Prevê a Lei n. 7.424, de 17 de dezembro de 1980, ao estabelecer o Plano de Classificação de Cargos, em seu art. 25, parágrafo único, que "o ocupante do cargo de Professor do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, que preencha os requisitos legais para o exercício de cargo do Quadro Próprio do Magistério, poderá participar de processo seletivo interno para ingresso em cargo do referido Quadro Próprio, observadas a habilitação específica e a existência de vaga, ficando extinto o cargo que ocupava no Quadro Único".

Posteriormente, a Lei n. 8.049, de 26 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o enquadramento, mediante opção, no Quadro Próprio do Magistério, de Professores do Quadro Único de Pessoal, que possuam ou vierem a possuir a habilitação que especifica, também se refere, em seu art. 2., à aplicação de teste seletivo interno "aos professores amparados pela Lei n. 7.208, de 15 de dezembro de 1979.

Ocorre que, apesar da previsão legal, há três anos as Secretarias da Educação e da Administração não promovem o referido teste seletivo interno. Com isso, nada menos que 147 professores devidamente habilitados não conseguem ingressar no Quadro Próprio do Magistério.

Além de inegáveis prejuízos de natureza funcional, com a impossibilidade de obter promoções e outras vantagens inerentes à classe, tais professores ainda se vêem prejudicados seriamente em seus vencimentos, uma vez que é de aproximadamente 40% a diferença entre o que se percebe no Quadro Único e o que se perceberia no Quadro Próprio do Magistério.

Vê-se, pois, que existe uma situação, que precisa ser corrigida o quanto antes. E o caminho para isso é a realização de teste seletivo interno, conforme prevê a legislação acima aludida.

Daí, a necessidade de que o Senhor Governador determine as providências cabíveis, a fim de que se faça justiça a membros de uma classe tão valorosa quanto sofrida, a classe dos professores.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Artagão de Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos encaminhando à Presidência desta Casa de Leis dois requerimentos, um ao Secretário de Segurança Pública e outro

ao Senhor Secretário de Saúde. E o visamos com isto?

Visamos que um município, como Altamira do Paraná, a sede do município de Altamira do Paraná receba, de nosso Governo, o mínimo que um Governo deve dar aos Municípios e aos municípios.

Altamira do Paraná, um progressista Município, composto quase que exclusivamente de agricultores, de homens que lutam, de homens que labutam na terra, de homens que realmente têm as mãos calejadas pelo trabalho diuturno, mas que quando seus familiares, quando seus filhos, têm necessidade de um tratamento médico, ainda não possuem sequer um Posto de Saúde em condições de uso e de higiene, para que os filhos destes agricultores sejam consultados, recebam a medicação pertinaz ao caso.

É por isto que viemos à tribuna da Assembléia, solicitando o apoio dos companheiros desta Casa, para que o Secretário de Saúde e o Secretário de Segurança Pública, de imediato, acionem os seus subordinados para que Altamira do Paraná receba com urgência um Posto de Saúde e uma Delegacia de Polícia.

A Delegacia de Polícia de Altamira do Paraná não possui as mínimas condições para desenvolver o seu trabalho. Não tem higiene nenhuma. Não tem um cárcere para que o preso seja colocado. Não tem sequer um sanitário para que os presos, o Delegado, os próprios policiais, possam fazer as suas necessidades fisiológicas. Isto consideramos uma falha muito grande do setor público que comanda o nosso Estado; porque enquanto Postos de Saúde são construídos em pequenos distritos, vemos com tristeza e com pesar sede de Município não receber a devida e merecida atenção por parte da autoridade competente.

Encaminhamos pois, Senhor Presidente e Senhores Deputado, após visitarmos com o Senhor Prefeito pessoalmente estas Secretarias de Estado, encaminhamos através desta Casa dois requerimentos para, em recebendo o apoio dos meus nobres colegas desta Casa, possam, estas autoridades anteriormente mencionadas, cumprir com a sua obrigação, que é dar um mínimo de condições aos nossos companheiros do Interior, para que eles possam trabalhar, exercer a sua função, com mais tranqüilidade e com mais competência.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa registra a presença neste Plenário, do Prefeito Acir Braga de Guaratuba.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É com a máxima satisfação que registramos a presença neste plenário, de uma das maiores figuras desta República, um dos maiores nacionalistas e um dos maiores baluartes pelos interesses da Nação brasileira.

É com prazer imenso, que registramos a presença do General Antonio Carlos de Andrada Serpa, homem que ajudou em muito a redemocratização deste País, homem que foi uma das molas propulsoras, para que transpusessemos o vão da Ditadura da Velha República, da Ditadura para Democracia.

Em sua companhia, registramos a presença do Coronel Ary Canavó, de São Paulo e do Capitão Dilney Bilbao.

Solicitaria e requeriria à Presidência, vez que estou inscrito para o Grande Expediente desta tarde, que este Grande Expediente fosse concedido ao General Antonio Carlos de Andrada Serpa, para que ele pudesse nos transmitir um pouco da história do Brasil que ele viveu e que tão bem conhece.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa atende ao requerimento de Vossa Excelência e concede a palavra ao General Antonio Carlos de Andrada Serpa.

O SR. ANTONIO CARLOS DE ANDRADA SERPA - Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Constitui uma subida honra para mim, que já tive essa oportunidade de falar na Assembléia Legislativa de Minas, de São Paulo, do Rio Grande, de Goiás e de Pernambuco, dirigir nesta hora tão importante da nossa nacionalidade, aos Senhores Deputados paranaenses.

Hoje pela manhã, empreendi com meus companheiros, a visita ao monumento aos Ex-combatentes Paranaenses, prestando uma homenagem aos meus companheiros mortos da FEB e particularmente àquele de conduta mais heróica que se chamou Max Wolff.

Mas senhores, estou aqui empreendendo a quarta viagem ao Paraná nestes últimos seis anos, na mesma pregação de um nacionalismo democrático e o faço agora, vindo desde julho de Fortaleza, percorrendo todo o Nordeste com seus extraordinários bolsões de pobreza e miséria, que constituem um barril de pólvora para nossa sociedade.

Em seguida, falando uma semana em São Paulo, onde uma população desassistida em cortiços de quatro milhões de paulistas ou nordestinos radicados em São Paulo e um milhão de favelados, constituem outro barril de pólvora para nossa evolução social.

Assim, Senhores, essa pregação se destina a mostrar aos brasileiros que uma nova oportunidade ímpar, tão semelhante aquela que nós expedicionários, proporcionamos à classe política do Brasil, quando

regressamos da campanha da Itália, onde lutamos pela independência e pela soberania do Brasil, mas também pela liberdade e pela democracia no mundo!

- É de todo necessário que não frustemos o povo brasileiro, mais uma vez! E se isso ocorrer, a responsabilidade caberá à classe política brasileira!

Esta oportunidade ímpar, que estou denominando a Constituinte e o Projeto Nacional é de que não tenhamos a 8.^a Constituição apenas como caminho para a 9.^a e a 10.^a Constituições, a França, a mãe das Constituições escritas, está na 15.^a Constituição, e isso está nas nossas mãos, Senhores Deputados, desde que, o debate constitucional não seja um exclusivo debate de constitucionalistas, das classes dirigentes, dos bens pensantes, é necessário que o debate constitucional tenha como fundamento o projeto nacional brasileiro. E este projeto é o que vimos de defender nos últimos 6 anos, mostrando que o modelo dependente, criado na década de 50, pelo grande Presidente Juscelino, é um modelo que se exauriu nestes anos, é um estafermo agarrado ao corpo da Nação Brasileira nele só podendo vir a manutenção do "status quo", portanto, a rota para o caos social! E para que o modelo não subsista, é necessário uma vontade política, e a vontade política deve se fundamentar na confiança do povo brasileiro, no conhecimento de sua cultura, de sua identidade, na certeza de que o Brasil é uma poderosa e riquíssima Nação e que as fontes encontram-se todos abertas, em todas as direções, e que os fatores de produção estão todos ociosos. Como cometemos o crime de paralisar este País, declaradamente desde 80? Como levamos a fome a 40 milhões de brasileiros na situação de miséria?

A Nova República se parecerá com a Velha, todos os dias, enquanto não houver uma vontade política de quebrar este "status quo", de substituir um modelo dependente por um modelo auto sustentável, fundamentado na independência tecnológica, na independência energética e na exportação exclusivamente de acordo com interesse brasileiro.

A independência energética, com todos os seus males, a chamada Revolução de 64, transformou o País na 8.^a economia do mundo ocidental, embora com um parque industrial desarticulado pelos pacotes tecnológicos importados, mas já é suficiente para que o Brasil conquiste a sua independência tecnológica. Quanto à independência energética, com que tristeza este País, que durante a 2.^a Guerra Mundial quando os americanos nos deram apenas a gasolina para que as autoridades, as altas autoridades se locomovessem, este País não parou, andou, com alternativas nossas, da lenha, do

carvão vegetal e do álcool motor, numa época em que não havia nenhuma adaptação de motores!

A nossa Nação é viável porque pode subsistir graças à biomassa, nós somos a maior massa continental existente no Planeta, sob o mesmo Governo, toda ela ecumênica e toda ela agriculturável. Com que tristeza ouvíamos as altas autoridades da República Militar que se findou, dizer quantas vezes que esta era uma Nação pobre. Um modelo alto sustentável, somente pode ser uma conquista nossa, se esta mensagem for levada àqueles que são fadados à destruição; àqueles que, por legítima defesa, compete mudar este estado de coisas. E estes são a classe média brasileira, achatada todos os dias, os sindicatos operários com 15 milhões de desempregados e subempregados, as profissões liberais que não encontram emprego, os estudantes que se formam nas universidades e não têm nem uma possibilidade de emprego.

É esta a fração da sociedade que tem, no momento, a responsabilidade, desde que, informada e esclarecida, de um lado, obrigar os partidos políticos a abrirem a discussão sobre um projeto nacional e, ao mesmo tempo, difundir esse projeto na massa da população.

Senhores, no campo interno, este projeto teria, primeiro que tudo, que descentralizar o País. Como? As pequenas unidades municipais, as médias cidades, e essas megalópoles brasileiras não têm um cinturão verde que assegure a alimentação daqueles que nelas vivem, e como não produzem a energia da biomassa, que daria trabalho a todos os brasileiros ociosos.

Em segundo lugar, assegurar aos brasileiros a liberdade de informação. A Nova República nos deu a liberdade de reunião e a liberdade de expressão.

Mas, para mobilizar esse sagrado e espoliado povo brasileiro, é indispensável a liberdade de informação. Como, passados 6 meses da Nova República, ignora-se ainda quais as extensas frações do nosso território, talvez maiores do que a metade do Estado da Bahia, entregues a pessoas físicas ou jurídicas, nacionais e estrangeiras?

Como, não se sabe, aquilo que os vinte anos de Governo militar entregaram o nosso subsolo ao Capital estrangeiro?

Como? Uma simples solicitação ao Governo Suíço, permitiria saber quais os estrangeiros, quais os brasileiros que possuem os dólares na Suíça.

Somente essa liberdade de informação, permitirá a mobilização do povo brasileiro.

Em seguida, a posse da terra, a recuperação do subsolo, a vigilância sobre as empresas estatais, essa estrutura econômico-financeira da nossa sociedade,

construída com o sangue, o suor e as lágrimas do povo brasileiro, e que vemos ameaçada, agora, de ser entregue como pagamento de uma dívida interna, dívida de especulação, dívida que permitiu ao setor financeiro que, no início do Governo Figueiredo, tinha apenas 7% do nosso Produto Interno Bruto, chegar ao fim do Governo Figueiredo, com mais de 30% desse Produto. Finalmente, acabar essa esterilização das mulheres brasileiras, feitas pela Fundação F. Rockefeller, com o nome de BEMFAM, e um País que tem possibilidade digo, potencialidade de alimentar, vestir e educar com saúde 8 vezes a população atual; ameaça-se geopoliticamente esse País na entrega da Amazônia e de todo o Oeste aos formigueiros humanos da Ásia.

É evidente que no momento em que não pudermos ocupar o País, será ocupado pelos formigueiros humanos da Ásia. E no campo externo: a defesa dos princípios de auto-determinação e não intervenção, a conformação das empresas transnacionais ao interesse brasileiro e o caso mais flagrante, é o das montadoras de automóveis. Como, no 10.º ano da crise energética, não se obrigou ainda as empresas transnacionais a adaptar o Motor Diesel ao álcool brasileiro.

É a decretação de falência do Sistema Financeiro Internacional. O Sistema Financeiro Internacional está falido? As Nações ricas sabem que está dívida jamais será paga. O que interessa às Nações ricas, é o que nós, através de juros extorsivos, paguemos a conta de petróleo destas Nações. Qualquer um que leia revistas econômicas, americanas, japonesas, alemãs, francesa, sabe que as Nações ricas jamais esperam o pagamento dessa dívida externa. O que elas querem é esse colonialismo em que estamos vivendo, em que o Fundo Monetário Nacional, que gere apenas 70 bilhões de dólares, e que portanto, nada pode diante de uma dívida de um trilhão, esse Fundo assume o Governo das Nações pobres, dizendo a cada um: "mais recessão, mais desemprego, mais tributação e exportar a qualquer preço". Exportação a qualquer preço, é uma veia aberta no organismo nacional, com transferência de trabalho e renda brasileiro a preço vil.

Meus senhores, se essa pregação não foi ouvida pelos atuais governantes da Nova República, a cada um de nós compete o despertar da sua consciência cívica, levando de novo, no próximo ano, o povo brasileiro às urnas, gritando "Moratória já, Diretas, já".

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa agradece a presença do General Serpa,

e suas palavras serão inseridas no Diário da Assembléia.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

A Mesa consulta a Liderança do PMDB.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Avaliando na cidade de Curitiba, o quadro político que se aproxima e que terá o seu desfecho em 15 de novembro, sentindo na rua com as pessoas, com as pesquisas, e principalmente com os ataques ao candidato do PMDB, na somatória de todos esses índices, chegamos a conclusão de que verdadeiramente o candidato Roberto Requião e Adhail Passos, do PMDB, são favoritos para a eleição de 15 de novembro.

É interessante uma análise, Senhor Presidente e Senhores Deputados. No início da campanha, quando o PMDB ainda não definira os seus candidatos, e por isso mesmo o índice de pesquisa muito aquém da realidade do potencial do partido não se ouvia comentários, ataques contra a candidatura Roberto Requião, e muito menos a tentativa de envolver nessa candidatura o Governo José Richa.

Bastou o partido trabalhar, o partido definir as candidaturas, crescer naturalmente aquilo que o PMDB tem em todos os bairros, em todas as vilas, em todos os lugares, em todas as ruas, que são filiados, adeptos, simpatizantes. Bastou as pesquisas apontarem o crescimento indubitável do partido, para os ataques se fazermos cada vez mais contundentes contra o candidato Roberto Requião, e contra o Governo José Richa.

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, acreditamos que é do jogo político e pregação dos partidos e é do jogo político o ataque a qualquer candidato adversário. Julgamos também que é um direito de defesa de um partido e de um candidato contra os ataques que não correspondem com a realidade e com a verdade dos fatos, senão vejamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Temos ouvido sistematicamente acusações do uso indevido da máquina do governo na Campanha Roberto Requião. Mas fatos verídicos não se constata para que nos dê a condição de acreditar no uso; fatos concretos nenhum se traz para provar o uso indevido dessa máquina; fatos concretos nenhum se vislumbra para podermos ver a participação efetiva da máquina do governo na campanha do PMDB.

Porque precisamos diferenciar o uso da máquina e a voz do político que esteja porventura no exercício de algum cargo eletivo que é uma responsabilidade defender a bandeira do partido.

Se porventura, Senhor Presidente e Senhores Deputados, algum Vereador, algum

Deputado Estadual, ou Federal, algum Secretário, algum Senador ou o próprio Governo participa pessoalmente na campanha política, não poderemos colocar que isso seja indevido da máquina administrativa. Temos que perceber é a participação política dada pelos homens que fazem parte de uma agremiação, como também respeitamos a participação de todo e qualquer homem público na defesa de candidatos de outros partidos.

Chegou-se ao absurdo de estampar em jornais "uso indevido da máquina administrativa do Governo", porque um carro da COPEL estava fazendo a ligação das caixas de sons para um comício a ser realizado pelo candidato do PMDB.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, este é um direito que qualquer agremiação política ou não, tem de requerer da CELEPAR para ligar em fios de alta tensão onde há risco de vida a colocação do seu som. As acusações que tenho ouvido, via de regra, não condizem com a verdade. São atos levantados na tentativa de mostrar a presença de máquina administrativa quando ela na verdade está cuidando do interesse dos paranaenses. Até porque, Senhor Presidente e Senhores Deputados, temos eleição apenas na capital e em 11 Municípios de fronteira e o Paraná inteiro espera e aguarda e está tendo atendimento por parte do governo Estadual.

A campanha de Curitiba realmente ganhou as ruas. Nós estamos no pique da campanha eleitoral. Todas as forças procuram mostrar o lado bom do seu candidato, mas no entanto, as acusações de uso indevido, de perseguição por parte do PMDB a outros candidatos e outras agremiações passam a não fazer parte da verdade dos fatos e passam a não se confirmar com fato algum concreto, palpável, que possa ser jogado contra o Governo.

Agora, Senhor Presidente, uma nova polêmica:

O apoio do ex-candidato do Partido Comunista Brasileiro, à candidatura Roberto Requião!

Senhor Presidente, Senhores Deputados, constata-se aí, a assertiva de que, o PMDB estava no caminho certo quando defendia a legalização dos partidos clandestinos, porque, bastou a legalização do Partido Comunista, para a identificação das pessoas, e, hoje, sabe-se quem está num partido, quem está em outro. Acusar a candidatura Roberto Requião é, no mínimo, desconhecer a própria filiação partidária de uma pessoa. Em que partido está filiado Roberto Requião? No PMDB! E os outros partidos estão aí, está em aberto, e poderiam ter a sua filiação, sim, senhor! Se fizessem parte da mesma ideologia, do mesmo partido, do mesmo pensamento; no entanto,

vejam o ataque em cima da candidatura Roberto Requião por haver talvez, integrantes do Partido Comunista, desistido de candidatura e passado a apoiar que quer que seja, no entanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Arquiteto Niemayer que faz parte da Direção Nacional do Partido Comunista, declarou publicamente o apoio ao candidato Jaime Lerner, e, isso, também, é um homem que faz parte da Direção Nacional do Partido, mas isso, é possível, útil, bom, isso, ninguém diz nada e nós, nunca o acusamos, nos aceitamos, como direito natural de qualquer eleitor e de qualquer brasileiro escolher o candidato que quiser, para apoiar, o que não podemos é, proibir que, brasileiros eleitores, maiores de idade, com o seu direito político conquistado pela simples condição de brasileiro ser, possa escolher um candidato, ou outro, para apoiar!

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte.

Quando se levanta a questão da COPEL, gostaria de lembrar, ilustre Deputado, que, senti o sabor de ser Governo, agora, em 1982. Nós sempre fomos oposição desde que militamos na vida pública. Mas, gostaria de registrar que, mesmo na Oposição, na época, pertencíamos ao extinto MDB, e quando íamos fazer algum comício em praça pública, solicitávamos, através de um Requerimento, à COPEL, para que fizesse a instalação, e prontamente éramos atendidos.

Em 1982 fomos Governo. Não vejo razão para que isso seja diferente, que os outros partidos, também da Oposição, se fizerem um requerimento solicitando essa ligação, eles serão atendidos, como nós, não há distinção, não há diferença, a única diferença que existe, meu nobre Líder, é que, o desespero toma conta de uma situação política, em nossa Capital, sente-se que a nossa vitória, entre Requião e Adhail, ela já está se aproximando, através da consciência do nosso povo curitibano, então se procura todos os tipos de artifícios para querer confundir a mentalidade do povo curitibano! Mas sempre ressaltei e continuo reafirmando que, o povo curitibano, é um povo politizado e saberá exatamente escolher o seu representante, o seu Prefeito, que é uma somatória de um trabalho com o Governador José Richa e a maioria da bancada do PMDB neste Estado!!

Muito obrigado.

O SR. PAULO FURIATTI - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Caíto Quintana, a eleição de Prefeito, em Curitiba, vem demonstrando que, à medida em que os candi-

dados mostram as suas ideias, os seus programas e o seu passado sem dúvida nenhuma o candidato Roberto Requião do PMDB vem tendo um crescimento necessário para vencer as eleições, em 15 de novembro!

Com relação à questão que Vossa Excelência abordou, do apoio do Partido Comunista Brasileiro à candidatura de Roberto Requião, e tão bem demonstrou que o membro do Comitê Nacional apoia Jaime Lerner. Compete esclarecermos que não existe absolutamente nenhuma aliança entre o PMDB e o PC, no que diz respeito a programas e ideias. Se, efetivamente, eles estão apoiando, confirmo e posso até dizer que estão à própria relevia de um entendimento. É um direito de um partido desistir, apoiar ou desapoiar. Mas esse partido apoia à revelia de um entendimento político de aliança. Sem dúvida, é notório o crescimento de Roberto Requião, que agora os partidários desta carcomida aliança que está feita em Curitiba, tanto para o candidato do PDT como do PDS, irão usar e abusar do anticomunismo que fez parte da vida histórica do processo político. Vão tentar fazer o que Jânio Quadros faz em São Paulo, jogando na campanha de um candidato sério, com compromissos sérios de um partido, no anticomunismo.

É importante que entendamos que o Partido Comunista é um partido como qualquer outro. Portanto, merecerá as críticas como merecem os outros, sem no entanto entrarmos no anticomunismo ideológico do processo. Na verdade, este apoio passageiro que vem, vem à revelia de uma aliança, o que não importa em nenhum compromisso do nosso partido com os comunistas. Esta é uma questão que tem que ficar muito clara e, não admitirmos o anticomunismo em qualquer tipo de processo ideológico. Porque, o lado carcomido da Aliança Democrática do PDT e do PDS virão sem dúvida com esta tese, para confundir e não para clarear os programas e as ideias dos candidatos à Prefeitura de Curitiba.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço Deputado Paulo Furiatti, realmente os apartes de Vossa Excelência colocam a questão nos termos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a imprensa paranaense que cobre os fatos políticos e que tem, necessariamente, que levar ao eleitor a opinião correta dos fatos que se passam nos bastidores da política desta Casa, deste Município e deste Estado.

O que nós temos em Curitiba? Temos, Senhor Presidente, uma coligação PDT e PFL, legal, acertada pelo partido conforme determina o Tribunal Eleitoral, a lei eleitoral. O que que temos Deputado Paulo Furiatti com respeito a possíveis apoiamen-

tos ou não da candidatura Roberto Requião? Expressões naturais da vontade de pessoas que são eleitores ou então a própria Justiça Eleitoral deveria cassar o título de eleitor daqueles que, porventura, pertencessem a partidos que não podem votar. Poderíamos falar em coligação PMD com o PC, se houvesse uma coligação de direito e de fato nas normas da lei eleitoral. O que não podemos é perseguir crenças ideológicas onde cada pessoa se filia na corrente que quer e apoia quem quer.

Nosso partido é bom que se diga, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro em Curitiba, está concorrendo com candidato próprio, Roberto Requião e Adhail Passos, sem coligação com nenhum outro partido. Se recebermos adesões de gente da direita ou da esquerda, não significa coligação do PMDB, significa única e exclusivamente, a manifestação da vontade de um eleitor que porventura escolha, entre todos os candidatos, aquele que ele julgar que melhor possa desempenhar a função de prefeito no Município.

O SR. Ivan Gubert - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Deputado, pelo que estou entendendo o PMDB está com medo do Partido Comunista. É isto Deputado?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não, Deputado. O PMDB lançou candidatos próprios sem coligação com ninguém e não aceitará a exploração anticomunista, porque defendemos o direito de cada um pertencer à sua agremiação partidária, só que não estamos coligados com partido nenhum.

O SR. Ivan Gubert - Mas aceita o apoio do PC?

O SR. CAÍTO QUINTANA - O brasileiro que não aceitar o voto de um brasileiro legalmente habilitado com o seu título de eleitor está discriminando. E nós nunca discriminamos ninguém. O apoio de um partido se trata através de coligação, essa coligação o PMDB não fez com partido nenhum, e está concorrendo com candidaturas próprias para a Prefeitura de Curitiba.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa concede a palavra à representação do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa concede a palavra à representação do PDT.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Declino.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa concede a palavra à representação do PFL.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem)
Gostariamos de registrar neste instante a presença do Senador do Paraná e Presidente do PMDB do Parana, Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa registra a presença do Sr. Senador.
Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa.

No momento em que se vê uma defesa, indefensável, no momento em que se vê agourar uma traição aos homens que querem votar num partido, votam sem compromisso, é a primeira traição ao povo de Curitiba. Porque nunca se viu na história do Brasil, nem na história universal, que o pacto seja legado e que alguém vá graciosamente, como dizia o meu companheiro, o meu instrutor político, Anibal Khury, "quem trabalha de graça, é relógio suíço", porque o relógio brasileiro, naquela época, era necessário dar corda.

E vem com a falta de verdade deslavada, o ilustre Líder do PMDB, a querer misturar alhos com bugalhos, a querer, como dizia Alencar Furtado, "misturar caçada de tatu com serenata", mas o adágio popular diz: "Diga-me com quem andas e direi quem te acompanha".

Negar o apoio dos talvez brasileiros a serviço moscovita, seria chover no molhado. O povo brasileiro e o povo curitibano é politizado, sabe perfeitamente que quem não quer apoio vai à praça pública e diz que não quer apoio, ao invés de dizer que o candidato brizolista, o nosso candidato com muita honra, é um candidato que tem o apoio do povo curitibano.

Eles falam, Sr. Presidente, em ataques, mas quem atacou os artistas que vieram aqui dar o seu apoio o Jaime Lerner, na ingerência indébita de homens dos nossos escalões da República passada e expassada, homens do exército a dar apoio ostensivo para o candidato derrotado do Sr. José Richa, isso não é crime, não é crime esconder telefones, não é crime, Sr. Presidente, não é crime jogar o dinheiro público em benefício do seu candidato.

Isto não é erro de dirigente. Disse o honrado General que nós precisamos de cinturões verdes para matar a fome do povo, mas estão aí três anos de Governo, deste malfadado PMDB e nada fizeram, meu General e nada fizeram, a não ser Senhor Presiden-

te, jogar o dinheiro do povo com as falcatruas. Nós não podemos ter o apoio de artistas de fora, mas eles podem trazer artistas de fora a custa do dinheiro do povo, enquanto o povo miserável muitas vezes passa fome. Em três anos o que fizeram? Ataques, Sr. Presidente, ataques, imprensa do meu Paraná, só vieram do lado de lá. Mas estas pedras que eles atiram em Jaime Lerner, nós haveremos de colhê-las para mostrar que o PMDB não é tão participativo como se procura amordaçar a imprensa, como se procura subjugar canais de televisão sob o tacão da égide da cruz, da égide, Sr. Presidente, dos homens que não sabem ser governo.

O que fizeram, Sr. Presidente, nestes três anos de governo, a não ser atacar, a não ser subjugar o povo? Estão aí os funcionários da saúde. Estão aí, Sr. Presidente, os homens que não querem claudicar, porque embora tragam na fachada do seu paletó, Sr. Presidente, o distintivo do candidato governista, mas seu coração é curitibano, Sr. Presidente.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte, ilustre Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL - Vossa Excelência é impertinente.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu não sou impertinente. Eu sou democrata e Vossa Excelência não é democrata.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, desconte-me um minuto porque os intollerantes, os derrotados estão procurando torpedear o meu pronunciamento.
(O Senhor Presidente faz soar os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está com a palavra o Senhor Deputado Gabriel Manoel. A Mesa solicita aos Senhores Deputados que aguardem o consentimento do orador para apartes.

O SR. GABRIEL MANOEL - Vossa Excelência ontem, com a falta de capacidade, vem contar uma anedota, fazendo, Deputado, servindo de exploração até da sua própria Bancada.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Mas eu dei aparte a Vossa Excelência e Vossa Excelência não dá aparte.
(O Senhor Presidente faz soar os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa

solicita aos Senhores Deputados que aguardem o consentimento do orador.

podia ser um pouco mais democrático e permitir o diálogo.

- O Sr. Paulo Furiati - Nobre Deputado - Gabriel Manoel, concede-me um aparte?
- O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, eu queria que Vossa Excelência descontasse o tempo.
- O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Deputado Gabriel Manoel, Vossa Excelência pediu aparte até ao General, dá um aparte.
- O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa faz um apelo aos Senhores Deputados que aguardem o consentimento do orador, senão será obrigado a suspender a sessão.
- O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, ínclito Deputado Tadeu Lúcio Machado, homem conhecedor do Regimento Interno. Eu pedi um aparte ao General pensando que ele fosse um Deputado da suplência porque na hora destinada aos Deputados, Deputado Tadeu Lúcio Machado.
- Nobre Deputado Tadeu Lúcio, saiba e reveja, e estude o Regimento Interno da Casa; com todo o respeito que eu tenho pelo General, não é permitido porque não está escrito no contexto do Regimento Interno. Se Vossa Excelência não tem competência para estudar o Regimento Interno, Deputado Tadeu Lúcio Machado...
- O Sr. Tadeu Lúcio Machado- Vossa Excelência me permite um aparte?
- O SR. GABRIEL MANOEL - Dizia um velho amigo meu "cada terra com seu uso e casa roca com seu fuso". Vocês, mesmos, companheiros, diziam que lugar de General é na caserna. Que era na caserna o lugar de militar. Hoje modificaram. Por que?
- O Sr. Dirceu Manfrinato- Vossa Excelência me permite um aparte?
- O SR. GABRIEL MANOEL - Hoje defendíamos o glorioso exército de Caxias.
- O Sr. Paulo Furiatti- Vossa Excelência me permite um aparte?
- O SR. GABRIEL MANOEL - Vossas Excelências deste fajuto PMDB, não conhecem o Regimento Interno. Vão estudá-lo!
- O Sr. Tadeu Lúcio Machado- Vossa Excelência me concede um aparte?
- O SR. GABRIEL MANOEL - Vossa Excelência obedeça o Presidente. É tão ignorante que não sabe que não se pode...
- O Sr. Tadeu Lúcio Machado- Vossa Excelência
- SR. GABRIEL MANOEL - O nascimento talvez não resolva. Juscelino nasceu em Minas Gerais e foi um grande Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está com a palavra o Deputado Gabriel Manoel.
- O SR. GABRIEL MANOEL - Porque "muda a co-leira e a cachorrada é a mesma".
- O Sr. Paulo Furiatti- Vossa Excelência me permite um aparte?
- O SR. IVAN GUBERT - Senhor Presidente, Pela Ordem. A Bancada do PMDB está querendo esculhambar a sessão. Ou o Senhor assegura a palavra ao orador que está na tribuna, ou não vamos mais deixar ninguém falar nesta Casa. Eles estão brincando com o orador que está na tribuna. Isto é uma Casa séria.
- Senhor Presidente, eu apelo para que o Senhor determine aos nobres Deputados do PMDB que permitam o orador da Frente Liberal terminar seu pronunciamento, uma vez que ele está usando o Horário da Liderança.
- O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Pela Ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Tem a palavra, Pela Ordem.
- O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Sou obrigado a contestar as palavras do nobre Deputado Ivan Gubert porque, em momento algum a Bancada do PMDB pretendeu brincar com o nobre Deputado Gabriel Manoel, que está na tribuna. Primeira, porque respeitamos a vida parlamentar do nobre Deputado Gabriel Manoel, que chegou aqui há quase vinte anos. Segundo, porque entendemos que este Parlamento tem que ter o devido respeito. Terceiro, porque queremos simplesmente participar do diálogo e, inclusive, tentar abrilhantar a participação do eminente Deputado Gabriel Manoel, que ocupa a tribuna na tarde de hoje.
- O SR. GABRIEL MANOEL - Encantado.
- O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Tem a pa-

lavra, Pela Ordem.

ORDEM DO DIA,

O SR.DIRCEU MANFRINATO - Queremos discordar com a posição do Deputado Ivan Gubert que já utilizou inclusive do AI-5 neste instante, proibindo a nós o direito que o Regimento determina de apartear este ilustre Deputado. Tenho grande admiração por Vossa Excelência. Confesso, neste instante, que quando peço um aparte a Vossa Excelência, é porque me sinto feliz em dialogar com Vossa Excelência. E digo a Vossa Excelência, ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados, que o seu coração é muito mais curitibano do que Jaime Lerner. Porque Vossa Excelência está em Curitiba vinte anos neste Parlamento.

Muito obrigado.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa concede a palavra novamente ao orador que está na tribuna e mais dois minutos de dilação.

O SR.GABRIEL MANOEL - Peça dilação de prazo para que eu possa dizer aos nobres Deputados que me apartearam, ao Deputado Dirceu Manfrinato, que ontem atacou, impiedosamente, três componentes desta Casa, chamando-os de mentirosos, talvez ele estivesse alucinado para poder agradar ao seu chefe, então, nós o perdoamos, porque sabemos de sua alma, sabemos de seu pensamento, mas, Deputado Manfrinato, existe um adágio popular que diz: "Errar é humano, persistir no erro é burrice".

Vossa Excelência há de vir amanhã ou qualquer outro dia, pedir desculpas aos homens que Vossa Excelência chamou de mentirosos.

Deputado Manfrinato, nós temos em Vossa Excelência, apesar de nossas quizilas, no conceito de Deputado ilustre, homem estudioso das causas populares, mas ontem Vossa Excelência, extrapolou, extrapolou e deixou de lado a sua peculiaridade, para ferir três companheiros honestos e honrados como Vossa Excelência.

Então, como seu amigo particular, eu pediria a Vossa Excelência que fosse à tribuna, no Horário de sua Liderança transparente e num ato heróico de modéstia e pedisse desculpas aos Deputados seus colegas, seus amigos, passíveis de defeitos, como Vossa excelência, Deputado, pelo ato impensado, porque se Vossa Excelência neste erro, nós vamos julgá-lo diferente, e nós não queremos isto, porque o nosso coração é curitibano!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

com a presença de 55 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

O SR.IVAN GUBERT (Pela Ordem)- Senhor Presidente, gostaria de solicitar à Mesa, que fosse incluído em Pauta os Projetos de Lei de minha autoria, de números 43/84, 81/84, 97/84 e 109/85, desde que eles estão em Regime de Urgência, desde o ano que passou. e até agora não estão em Pauta.

Também gostaria de saber da Mesa, sobre a convocação do Secretário da Indústria e Comércio, quando acontecerá a vinda dele nesta Casa.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa já entrou em entendimento com o Senhor Secretário da Indústria e Comércio e tão logo ele nos informe a data em que deverá comparecer a esta Casa, o nobre Deputado e o Plenário serão informados disso.

Quanto aos projetos que estão em condições de figurarem na Pauta, a Mesa vai determinar que seja feito isso.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 217/84, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que dispõe sobre a Organização dos Municípios e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL e EMENDAS DA COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

A Mesa solicita dos Senhores Deputados, que após a Sessão, permaneçam em Plenário, pois vamos proceder ao sorteio das vagas no pátio da Assembléia, destinados aos Senhores Deputados. Esta Presidência encarece aos Senhores Deputados que fiscalizem, inclusive o sorteio.

Em votação a Emenda n. 01, aprovada pela Comissão, já aprovada em 2.^a discussão- 2.^a Votação- Aprovada.

O SR.IVAN GUBERT (Pela Ordem)- Senhor Presidente, requeiro verificação de vota-

ção.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

36 Srs. Deputados responderam a chamada.

O SR. PAULO FURIATTI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro certidão da Mesa, dos Srs. Deputados ausentes e presentes, baseada na chamada nominal.

A Presidência irá proceder a verificação de votação, atendendo solicitação do Sr. Deputado Ivan Gubert.

(É procedida a verificação de votação).

21 Srs. Deputados aprovam a Emenda e nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há quorum para votação, somente para prosseguimento da Sessão.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 91/85, que regulamenta a requisição, compra de passagens aéreas, pagamento de fretes aéreos, domésticos e internacionais efetuados pelo Poder Público Estadual, e dá outras providências. Encerrada a discussão).

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N. 91/85

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.º - A requisição e a compra de passagens aéreas, bem assim o pagamento de frete aéreos, domésticos e internacionais, pelos órgãos e entidades da Administração Estadual, as Fundações sob supervisão das Secretarias de Estado, só poderão ser efetuadas diretamente às empresas brasileiras transportadoras ou por intermediários de agências de turismo registradas na Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR.

2.º - A utilização do transporte aéreo de passageiros e cargas, do Brasil para o exterior, ou vice-versa, pelos órgãos e entidades de que trata o artigo anterior, deverá ser feita em empresas nacionais, salvo no caso de ausência de conexões.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO

Presidente

JORGE MAIA FILHO

Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 103/85, que denomina ESCOLA ESTADUAL TROFÂNIO AGAPITO MALTEZZO, o estabelecimento de ensino de 1.º Grau da Cidade de Cafelândia, conforme especifica. (Encerrada a discussão).

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N. 103/85

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.º Fica denominada ESCOLA ESTADUAL TROFÂNIO AGAPITO MALTEZZO, o estabelecimento de ensino de 1.º grau da Cidade de Cafelândia.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO

Presidente

JORGE MAIA FILHO

Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 105/85, que denomina de JOÃO TAVARES DA SILVA, a estrada que liga Warta-Bela Vista do Paraíso - - Primeiro de Maio. (PR 445), conforme especifica. Encerrada a discussão. (Public. no. D.A. n. 55 de 12.06.85).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 106/85, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - AFSEAG/PR, com sede e foro na cidade de Curitiba. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n. 55, de 12.06.85).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 107/85, que autoriza o Poder Executivo doar o imóvel constituído pela Data n. 11, Quadra 11, Zona 02, com área de 523,80 m2, localizado na cidade de Umuarama, à Prefeitura Municipal de Umuarama, conforme especifica. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n. 55, de 12.06.85).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 108/85, que autoriza o Poder Executivo a permutar área de terras de propriedade do Estado, localizado na cidade de Andirá, conforme especifica. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 56, de 13.06.85).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 113/85, que denomina de DEPUTADO BENEDITO LÚCIO MACHADO, a Rodovia PR 424 que liga o município de Itararé ao município de Siqueira Campos. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 57, de 17.06.85).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 116/85, que autoriza o Poder Executivo a doar área de terra de propriedade do Estado, ao município de Pien, conforme específica. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 58, de 18.06.85).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 77/85, que aprova Convênios de Cooperação Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná através da Empresa Paranaense de Turismo-Paranatur, com as partes, datas e objetivos que especifica. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 57, de 17.06.85 Mensagem).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 77/85, que aprova Convênios n. 2/84 e 1/85, celebrados respectivamente, em 12.12.84 e 08.02.85, entre o Governo do Estado do Paraná e a Petrobrás Distribuidora S/A. objetivando fornecimento de produtos asfáltica para aplicação, pelo DER, em obras de pavimentação do sistema viário do Estado. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 47, de 28.05.85).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 79/85, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira n. 247/84, celebrados em 16.08.84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o município de Santana do Itararé, objetivando execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. Encerrada a discussão.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 79/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná**

RESOLVE

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n. 247/84, celebrado em 16 de agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o município de Santana do Itararé, objetivando a execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.09.85
(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente
JORGE MAIA FILHO - Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 80/85 (Mensagem n.97/85), que aprova Convênio n.04/85, celebrado em 05/02/85, entre o Estado do Paraná, através do DER e o município de Curitiba, através da URBS, objetivando execução, pela URBS, de serviços de revestimentos com pedra irregular, no referido Município. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 47, de 28/05/85).

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 236/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que regula a contratação de operações e arrendamento mercantil (leasing) pela Administração Direta, Indireta e Autárquica, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário de n. 01, de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, com apoioamento do Senhor Deputado Ivan Gubert, nos seguintes termos:

**EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO
DE N. 01 AO PROJETO DE LEI N. 236/84**

Art.1.º - As operações de arrendamento mercantil (leasing), a serem contratadas pelos órgãos da Administração Direta do Estado, bem como autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, entidades de sua Administração Indireta, serão precedidas de licitação, ressalvadas a dispensa prevista pelo art. 126, § 2.º, alínea "f", do Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1.967.

Art.2.º - Nenhuma operação de arrendamento mercantil será contratada, mesmo quando dispensável a licitação sem prévio projeto de viabilidade econômica aprovado pela autoridade competente e a correspondente dotação no orçamento do Órgão ou entidade da administração.

Art.3.º - As medidas previstas nesta Lei são estendidas também à contratação de serviços de auditoria, assessoria, planejamento e qualquer outro serviço na linha auxiliar de administração, à exceção da contratação de serviços com profissionais ou empresa de notória especialização (art.126, 2.º, alínea "d" do Decreto-Lei n.º 200/67).

Art.4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03/10/85.

(a) NILSO SGUAREZI.

Apoioamento: Ivan Gubert.

**CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES
DE ARRENDAMENTO MERCANTIL**
Projeto de Lei n. 236/84
Autoria: Deputado NILSO SGUAREZI

SUMÁRIO -

a) O projeto pretende privilegiar empresas paranaenses ou outras de fora, mas com filiais em nosso Estado, em licitações para contratação de operações de arrendamento mercantil (leasing) efetivados pelos órgãos e entidades da administração pública, direta, indireta e outras entidades paraestatais paranaenses. Também visa estabelecer, nesses casos, um prévio projeto de viabilidade econômica, bem como a existência de dotação específica para essa modalidade de contrato, no orçamento do órgão contratante (art. 1.º, 2.º e 3.º).

b) Visa ainda extensão das medidas de privilégio à contratação de serviços de auditoria, assessoria, planejamento e qualquer outro serviço na linha auxiliar de administração (art. 4.º).

COMENTÁRIO -

O Decreto-Lei 200, de 25.02.67, não prevê expressamente a licitação para contratos de arrendamento mercantil. Contudo há interpretações doutrinárias (ver doc. anexo) que entendem indispensável o procedimento licitatório para esses contratos, por consignarem necessariamente a opção de compra do bem arrendado. Essa interpretação sugere ser interessante a adoção, no âmbito estadual, da licitação nesses casos. Contudo adotá-la no Estado com o privilégio, não se justifica. Apenas a localização da sede da empresa não autoriza dar-lhe, por antecipação legal, condições que somente um detalhado exame, feito por Comissão de Licitação, poderá reconhecer, no tocante à sua capacitação Técnica, idoneidade financeira e preço ofertado. Ademais, tal atitude poderá acarretar igual tratamento restritivo às empresas paranaenses que atuam fora do Estado, gerando dificuldade de relacionamento, até mesmo político, com governos de outras unidades da Federação.

Além disso, existem apenas duas empresas paranaenses que operam com esses contratos - a "Banestado Leasing" e "Bamerindus Leasing", estando a primeira isenta de licitação por força do que dispõe o art. 126, § 2.º, alínea "f" do Decreto Lei 200/67.

INTERPRETAÇÃO DOUTRINÁRIA

Fontes de Consulta: HELY LOPES MEIRELLES
(Estudos e Pareceres de Direito Público)

LEASING - é um contrato, pelo qual uma empresa, desejando utilizar determinado equipamento, ou um certo imóvel, consegue que outra empresa, especializada, adquira o referido bem, alugando-o ao interessado, por prazo certo, admitido que, terminado o prazo locativo, o locatário possa optar entre a devolução do bem, a renovação do instrumento ou a compra pelo preço fixado (residual) no momento inicial do contrato.

É exatamente essa opção que distingue

essencialmente o leasing da locação mercantil de coisas, em que o locatário é "obrigado a entregar ao locador a coisa alugada, findo o tempo da locação."

O Decreto-Lei 200/67 diz que as licitações para compras obras e serviços, na Administração Direta e nas Autarquias, bem como, acrescentamos, nas entidades paraestatais que o adotarem, serão regidas por suas normas específicas e disposições complementares aprovadas em decreto (art. 125). E determina que as compras, obras e serviços deverão ser contratadas com estrita observância do princípio da licitação, dispensável apenas nos casos que expressamente prevê (art. 126, § 1.º).

Em consequência, os contratos de leasing, por consignarem necessariamente a opção de compra do bem arrendado, pelo arrendatário, sob pena de afronta ao princípio da licitação e decorrente invalidação do ajuste irregular, devem ser precedidos da modalidade licitatória cabível (em regra a concorrência, pois só é viável o arrendamento mercantil de bens de elevado valor).

Dentre os casos previstos pelo § 2.º do art. 126 do Decreto-lei 200/67, o figurado na letra g contempla a aquisição ou arrendamento de imóveis destinados ao serviço público, com isso possibilitando aos órgãos da Administração controlar diretamente o leasing sempre que seu objeto for exclusivamente imóvel destinado ao exercício de suas atividades estatutárias ou legalmente previstas.

Quanto ao arrendamento mercantil de máquinas, equipamentos e outros bens móveis, a licitação será sempre exigível, salva nos casos previstos nas seguintes letras do mencionado dispositivo legal:

a) (guerra, grave perturbação da ordem, ou calamidade pública; b) (comprometimento da segurança nacional); c) (desinteresse por licitação anterior); e) (aquisição de obras de arte e objetos históricos); f) (operação realizada exclusivamente com instituição financeira pública; h) (urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, obras, bens ou equipamentos).

Lembramos que o fornecedor exclusivo, produtor, empresas ou representante comercial (Decreto-lei 200/67, art. 126, § 2.º d) também poderá alugar bens de sua exclusividade, com opção de compra ao final do contrato, mas neste caso não há que falar em arrendamento mercantil e sim compra e venda a prestação, por força do disposto no art. 11, § 1.º, combinado com os arts. 1.º, parágrafo único e 2.º, parágrafo 2.º, da Lei Federal 6099, de 12.09.1974. Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 241/84,

de autoria do Deputado NILSO SQUAREZI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS EPILÉTICOS DE PATO BRANCO", com sede e foro na Cidade de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.41/85, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que denomina "ALVARO GODOY" a estrada que liga o Distrito de São Luiz, no município de Londrina, à PR-445 (Rodovia Celso Garcia Cid). Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.72/85, de autoria do Deputado ADHAIL S. PASSOS, que mantém inalteradas as taxas do Departamento de Trânsito (DETRAN), previstos na Lei n. 7811, de 29/12/83, com alterações da Lei n. 8067, de 28/12/84, vigentes em 30/04/85, por um período de 60 (sessenta) dias, a contar daquela data. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, e SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Apenso o parecer da CCJ e o Substitutivo Geral de Plenário, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 72/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, tem por objetivos manter inalterados, os valores das taxas relativas aos serviços do DETRAN, vigentes em 30 de abril de 1985, por 60 (sessenta) dias, a contar daquela data.

Esta Comissão já apreciou proposições semelhantes no ano de 1984, a fim de que fossem revistos os valores de algumas dessas taxas, permanecendo, ainda, algumas pendências, segundo notícia o autor do projeto.

Assim sendo, opinamos FAVORAVELMENTE À APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei n.72/85.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.

SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI N. 72/85

Art.1.^o - Os valores monetários das taxas de serviços do Departamento de Trânsito (DETRAN), previstas na lei n. 7811, de 29 de dezembro de 1983, com as alterações da Lei n.8067, de 28 de dezembro de 1984, vigentes em 30 de abril de 1985, ficam mantidos e inalterados, a partir dessa data, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art.2.^o - Permanecem inalterados, até

31 de dezembro de 1985, os valores monetários das taxas de serviços previstas nos itens 1.1, 1.2, 1.3 e 9.4, do Anexo I, da Lei n.7811, de 28 de dezembro de 1983 e, nos itens 14.4 e 14.9, do Anexo III, da Lei n.8067, de 28 de dezembro de 1984, vigentes em 30 de abril de 1985.

Art.3.^o - Fica vedada, até 31 de dezembro de 1985, a incidência do índice de reajuste baseado no Valor da Referência, Regional (VVR), a ser fixado no mês de novembro de 1985, sobre as taxas de serviços de que trata o art.1.^o desta Lei.

Art.4.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20/08/85.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

Apoiamto: Caíto Quintana, Hermas Brandão, Paulo Furiatti, Ferrari Júnior, Nelson Vasconcellos e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

A medida legal que se pretende adotar através do projeto de lei ora apresentado aos ilustres Pares com assento nesta Assembléia Legislativa, tem por objetivo amenizar, junto à Comunidade, o impacto do reajuste legal e automático, eis que essas taxas estão vinculadas ao Valor de Referência Regional, fixado em maio e novembro pelo Governo Federal, quando se alteram, também, os níveis do salário mínimo. Em que pese a substancial redução na receita, a manutenção dos valores de algumas taxas de serviços até o término deste exercício, impõe-se, pelo seu caráter social, na medida em que visa postergar a repercussão da carga tributária sobre o usuário.

Os serviços e taxas cuja remuneração se propõem permaneçam estáveis são exatamente aqueles mais diretamente destinados ao atendimento dos interesses de pessoas físicas (Carteira Nacional de Habilitação, Renovação de Exame, Exame Prático de Direção, Certidão Negativa de Multas e Fotocópia Autenticada), representando, a mais expressiva gama de fatos gerados dentre os que compõem o elenco das atividades administrativas dos órgãos de trânsito.

A aprovação e posterior sanção desta proposição ensejaria, no prazo de tempo por ela abrangido, condições do Governo do Estado de reavaliar as taxas do DETRAN, de modo a não onerar o contribuinte.

Assim, levamos a proposição formulada a exame desta Casa, esperando o necessário apoio e a posterior aprovação. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 11/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que dispõe sobre o zoneamento agrícola para implantação ou expansão de áreas e/ou projetos, destinados a produção de álcool e

dá outras providências. SEM PARECER, EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.25/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.65/85), que objetiva adotar providências legais no sentido de que o Conselho Paranaense de Turismo, passe, com nova composição e melhor definição de competência a integrar a estrutura da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Visa, ainda, criação do Conselho de Administração da PARANATUR, bem como alterar dispositivos que especifica, da Lei n.5.948, de 27/05/69. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.42/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.30/85), que objetiva criação do "FUNDO DE APOIO AO DESPORTO AMADOR-FADA", com a finalidade de prover recursos para o fomento do Desporto Amador, através da Coordenação do Esporte, da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte-SECE. Com PARECER FAVORÁVEL E EMENDA SUPRESIVA da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 79/85, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que dá nova redação ao Art.21 e seu Parágrafo Único, da Lei n. 7.424, de 17/12/80. (Servidor inativo, poderá ter seus proventos revistos, desde que tenha exercido ou exerça cargo em comissão, na forma que especifica). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.131/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.129/85), que objetiva autorizar a Doação, ao Município de Telêmaco Borba, dos lotes de terrenos urbanos n. 5 e 6, com área total de 784,00 m² (setecentos e oitenta e quatro metros quadrados), da quadra n.49, da sede do referido Município, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 152/85, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública o CENTRO PARANAENSE DE UMBANDA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 82/85 (Mensagem n.115/85 ex-Proposição n. 104/85), oriundo do Parecer aprovado por

unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados em 25/04/85, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e da EMOPAR, com Municípios que especifica, objetivando execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos referidos Municípios. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.83/85 (Mensagem n. 122/85 ex-Proposição n.108/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados em 05/06/85 entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e Municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC, em obras públicas nos referidos Municípios. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.84/85 (Mensagem n. 75/85 ex-Proposição n.74/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n. 63/84, celebrado em 27/12/83, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias do Planejamento, da Agricultura, o Interior, com a TELEPAR, o município de Curitiba e o IP-PUC, objetivando execução da 1.^a etapa do Projeto UNIBASE. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 85/85 (Mensagem n. 85/85 ex-Proposição n. 77/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 8.^o Termo Aditivo de 13/03/85, ao Convênio celebrado em 20/03/81 entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministérios da Agricultura, assim como o 11.^o Termo Aditivo de 13/06/85, ao Convênio celebrado em 07/10/76, com os objetivos que especifica. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 86/85 (Mensagem n. 105/85 ex-Proposição n. 91/85) oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, n. 62/84, celebrado em 26/12/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e Comércio e Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Mão-de-Obra, objetivando dar continuidade ao projeto de preparação de mão-de-obra à população de baixa renda. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 87/85 (Mensagem n. 119/85 ex-Proposição n. 111/85), oriundo do Parecer aprovado por

unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n. 014/84, celebrado em 16/12/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, o Estado de São Paulo, através de suas Secretarias de Transportes e de Obras e Meio Ambiente e a PORTOBRÁS, com objetivo que especifica. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 107/85 (Mensagem n. 88/85 ex-Proposição n. 98/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 4.^o Termo Aditivo e de Re-Ratificação de 30/12/84, aos Convênios de Cooperação Técnica e de Operacionalização, celebrados em 05/06/79 e em 03/11/80, entre o Estado do Paraná, através da PARANATUR e EMBRATUR, com intervenção da Secretaria da Cultura e Esporte, com objetivo que especifica. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 89/85 (Mensagem n. 109/85 ex-Proposição n. 100/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.220/83, de 10/06/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o município de Guarapuava, objetivando a execução do PROSAFRAS no exercício de 1983. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.90/85 (Mensagem n. 121/85 ex-Proposição n. 109/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados em 07/06/85, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e os Municípios, com participação da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná-SUCEPAR, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.91/85 (Mensagem n.104/85 ex-Proposição n. 90/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Retificação e Ratificação celebrados pelo Estado do Paraná - Secretaria da Indústria e Comércio - com as partes, datas, objetivos que especifica. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.92/85 (Mensagem n.68/85 ex-Proposição n. 68/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 3.^o Termo Aditivo de Re-Ratificação de 30/12/83 aos Convênios

de Cooperação Técnica e Operacionalização, em 05/06/79 e 03/11/80, entre o Estado do Paraná, através da PARANATUR e EMBRATUR, com intervenção da Secretaria da Cultura e Esportes, com objetivos que especifica. Encerrada a discussão

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 93/85 (Mensagem n. 103/85 ex-Proposição n. 93/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 01/04/85, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, com participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 94/85 (Mensagem n. 112/85 ex-Proposição n. 101/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e o município de Colombo, através da Secretaria da Agricultura com as partes, datas e objetivos, conforme especifica. Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 115/85, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE SANTA FELICIDADE", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 58, de 18.06.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 115/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado NILSO SGUAREZI, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação de Moradores e Amigos de Santa Felicidade, com sede e foro no município de Curitiba.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente a sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26/09/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

EZEQUIAS LOSSO - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 136/85, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de Utilidade Pública a "FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA EM ENFERMIDADES RENAIAS E METABÓLICAS PRÓ-RENAL", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 68, de 01.08.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 136/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Nilso Sguarezi, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA EM ENFERMIDADES RENAIAS E METABÓLICAS-PRÓ-RENAL, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n. 6.994 de 10/1/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26/09/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
ODENI MONGRUEL - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 175/85, de autoria de PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 150/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo a transferir, gratuitamente, à Universidade Estadual de Ponta Grossa os direitos possessórios que detém sobre o terreno com área de 141.733,28 m², situado no lugar denominado Uvaranas, Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. 86, de 03/09/85 Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 175/85

Oriundo da Mensagem Governamental n. 150/85, o presente Projeto de Lei n. 175/85, objetiva autorizar o Poder Executivo a transferir gratuitamente, à Universidade Estadual de Ponta Grossa os direitos possessórios que detém sobre o terreno com área de 141.733,28 m², situado no lugar denominado Uvaranas, Município de Ponta Grossa.

O plano de lei obedeceu os princípios constitucionais e não fere qualquer dispositivo de ordem legal, razão pela qual

opinamos FAVORAVELMENTE À SUA APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26/09/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 183/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 136/85), que objetiva criar 10 (dez) cargos de provimento efetivo de Assessor Jurídico, Código PJ-TA-100, Nível 3 a 02 (dois) de Assistente Técnico Administrativo, Código PJ-TA-108, Nível 5, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada e adotar outras providências. SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. 90, de 10/09/85, Mensagem).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 110/84, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que disciplina aplicação do Salário - Educação quota Estadual e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.S., C.F. e C.E., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. 42, de 22/5/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 110/84

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Sérgio Spada, pretende disciplinar a aplicação do salário - educação quota estadual e dá outras disposições.

Conforme justificativa o projeto, tal iniciativa pretende corrigir as distorções sofridas, no decorrer dos últimos anos, na aplicação do salário - educação quota estadual, que vem sendo desviado da sua verdadeira finalidade, que é o de escolarização ao nível de 1.^o grau, direito de todas as crianças.

Defende o projeto a aplicação correta dos cursos provenientes do salário - educação quota estadual.

Sendo assim, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, nada temos que possa obstar a normal tramitação do projeto pelos demais órgãos desta Casa.

Somos pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13/11/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 110/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Sérgio Spada, o presente projeto de lei tem por objetivo disciplinar a aplicação do salário-educação quota estadual.

A douta Comissão de Constituição e

Justiça, não encontrou qualquer óbice para a tramitação do plano de lei.

Visando apenas corrigir algumas distorções verificadas nas normas que regem a matéria, opinamos FAVORAVELMENTE À APROVAÇÃO DO PROJETO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19/06/85.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente;

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI N. 110/84

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Sérgio Spada tem por finalidade disciplinar a aplicação do salário-educação quota estadual e dá outras providências.

Analisando-se o mérito de matéria e que é chamada a opinar esta Comissão de Educação, temos que é inegável que a aplicação correta e sem distorções deste salário-educação assegurará o direito de todas as crianças de escolarização ao nível de 1.º grau, aumentando a qualidade do ensino e melhorando as condições sócio-econômicas de alunos carentes.

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça e de Comissão de Finanças, nada temos que possa obstar a sua tramitação, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11/09/85.

(aa) RUBENS BUENO - Presidente;

EZEQUIAS LOSSO - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 158/84, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública OBRAS SOCIAIS CONGREGAÇÃO PENTECOSTAL TESTEMUNHAS DE JESUS, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. 61, de 27/6/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 158/84

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado EZEQUIAS LOSSO, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Obras Sociais Congregação Pentecostal Testemunhas de Jesus", com sede e foro em Curitiba.

Encontra-se o processado devidamente instruído a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente a sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11/09/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

AMÉLIA HRUSCHKA - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 180/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de Utilidade Pública a Entidade SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS, DO BRASIL, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. 68, de 7/8/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 180/84

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Entidade SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS, DO BRASIL, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/09/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

HERMAS BRANDÃO - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei 293/84, de autoria dos Deputados SÉRGIO SPADA e ADHAIL S. PASSOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ASUFEPAR, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N. 293/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ-ASUFEPAR, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984

(aa) SÉRGIO SPADA

ADHAIL SPRENGER PASSOS

JUSTIFICATIVA:

A atuação destacada da ASUFEPAR no mo-

vimento nacional por uma universidade democrática, autônoma e voltada para os interesses nacionais revelou-se na unificação da categoria dos servidores junto dos demais setores da comunidade universitária-estudantes e docentes, a propósito da paralisação geral e nacional por verbas públicas, melhoras das condições de vida e trabalho e democratização das estruturas de poder.

Igualmente, nos encaminhamentos diários dos trabalhos da entidade, os servidores têm na associação o ponto de apoio, organização e mobilização em favor dos interesses econômicos e políticos. Deste modo, coloca-se na ordem do dia o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná em relação aos relevantes papéis que tem exercido a valorosa Associação dos Servidores da Universidade Federal do Paraná, reconhecendo-a como entidade de utilidade pública, já que cumpre os requisitos estabelecidos em Lei Estadual específica.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n. 293/84

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado ADHAIL S. PASSOS e SÉRGIO SPADA, tem por finalidade declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ASUFEPAR, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n. 6.994 de 10/1/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EZEQUIAS LOSSO

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 18/85, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública o CENTRO CULTURAL ÁRABE BRASILEIRO DO PARANÁ, com sede na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 13, de 18.03.85).

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 18/85

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, que pretende declarar de Utilidade Pública o

Centro Cultural Árabe Brasileiro do Paraná, com sede nesta Capital, já foi alvo de estudo por esta Comissão de Constituição e Justiça, quando se constatou a omissão de alguns itens da Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre normas para declaração de utilidade pública a Associação e fundações constituídas no Estado do Paraná.

Supridas, agora, todas as exigências, encontra o projeto de lei supra citado em condição de seguir sua tramitação normal por esta Casa de Leis.

Nosso parecer é favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

AMÉLIA HRUSCHKA

Relatora

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 62/85, de autoria do Deputado ANTÔNIO BELINATI, que denomina Município PRESIDENTE TANCREDO NEVES, o recém-criado Município de São José. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 31, de 25.04.85).

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 62/85

De autoria do nobre Deputado ANTÔNIO BELINATI, a presente propositura tem por objetivo dar nova denominação ao mais novo Município de nosso Estado.

Analisando-se inicialmente o mérito da matéria é inegável a intenção do autor em homenagear "post mortem" o maior homem público de nossa Nação.

No entanto, da análise da parte legal, deparamos com barreiras que obstem sua normal tramitação. O parágrafo único do Art. 3.º da Lei Complementar n. 2, estabelece que:

"Parágrafo Único - A alteração do nome do Município ou do Distrito somente poderá ser efetuada, por lei Estadual, mediante representação do Município interessado, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, feita pelo Prefeito com aprovação da Câmara, pelo voto favorável de 2/3 (dois terços) de seus membros."

Isto posto, nosso parecer é contrário, opinando-se por sua REJEIÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

MÁRIO PEREIRA

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 111/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATI, que declara de Utilidade Pública a

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ITAMARATI, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 57, de 17.06.85).

Comissão de Constituição e Justiça
PARECER AO PROJETO DE LEI N. 111/85

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Paulo Furiati, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ITAMARATI, com sede nesta Capital.

Encontra-se o processo devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n. 6.994 de 10/1/78, inexistindo portanto, qualquer, óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
TRAJANO BASTOS
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 118/85, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA LAR ESPIRITA ANDRÉ LUIZ, com sede e foro no Município de Paranavaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a Discussão. (Public. no D.A. 60, de 20.06.85).

Comissão de Constituição e Justiça
PARECER AO PROJETO DE LEI N. 118/85.

O presente Plano de Lei n. 118/85, de autoria do nobre Deputado EDUARDO BAGGIO, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA LAR ESPIRITA ANDRÉ LUIZ, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6.994, de 10/1/78 - inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos FAVORAVELMENTE À SUA APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 119/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 110/85) - Anteprojeto de Lei que objetiva dar Nova Redação ao art. 1.^o e seu parágrafo único, da lei n. 7736, de 07/10/83. (permutar imóvel de propriedade do Estado, por imóvel de propriedade do Senhor Frederico Gracite). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 64, de 20.06.85).

Comissão de Constituição e Justiça
PARECER AO PROJETO DE LEI N. 119/85

O Projeto de Lei n. 119/85, objeto da Mensagem n. 110/85, pretende alterar redação do Art. 7736, de 07.10.83, que trata de permuta de terras entre o Estado do Paraná e o Senhor Frederico Gracite, visando regularizar a construção de prédio destinado às instalações da Agência Estadual de Rendas do Município de Iguaraçu.

Analisando a referida iniciativa constatamos que a mesma está de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual e, assim sendo, o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça é favorável à aprovação da matéria em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
HERMAS BRANDÃO
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 121/85, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que dispõe sobre a transformação dos Distritos Administrativos no Município de Guarapuava em Distrito Administrativo da Sede do Município de Guarapuava, mantidas as divisas com os demais Distritos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 64, de 26.06.85.).

Comissão de Constituição e Justiça
PARECER AO PROJETO DE LEI N. 121/85

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado TRAJANO BASTOS, tem por objetivo a transformação dos Distritos Administrativos no Município de Guarapuava em Distrito Administrativo da sede do Município de Guarapuava, mantidas as divisas com os demais distritos.

Analisando os aspectos legais e tendo em vista a manifestação do Senhor Prefeito Municipal, sou do parecer que, S.M.J., está em condições de ser aprovado pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente

EZEQUIAS LOSSO

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 122/85, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA - APMI, de Rio Branco do Sul e Itaperuçu, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 64, de 26.6.85).

Comissão de Constituição e Justiça
PARECER AO PROJETO DE LEI N. 122/85

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado EDUARDO BAGGIO, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA DE RIO BRANCO DO SUL e ITAPERUÇU, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n. 6.994, de 10/1/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO:

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 129/85, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que autoriza o Governo do Estado assinar escritura de doação do imóvel constituído pelas datas ns. 2,3 e 4 da Quadra I Patrimônio São Jorge, com área de 1.800m², à Prefeitura de São Jorge do Patrocínio, para construção de edifícios públicos necessários à Administração, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL E EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 65, de 27.06.85).

Comissão de Constituição e Justiça
EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de São Jorge do Patrocínio o imóvel constituído das datas de 2,3 e 4 da Quadra I, Patrimônio São Jorge, com área de 1.800 m², transcrito sob n. 6.929 no livro 3F do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Umuarama. Parágrafo Único - O imóvel objeto

de doação destina-se à construção de edifícios públicos necessários à administração e futuro Paço Municipal.

2.º - A presente doação fica gravada das cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que deverá constar na escritura pública.

3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

TRAJANO BASTOS

Relator

Comissão de Constituição e Justiça
PARECER AO PROJETO DE LEI N. 129/85

De autoria do nobre Deputado EZEQUIAS LOSSO, o Projeto de Lei n. 129/85 pretende autorizar o Governo do Estado do Paraná a doar imóvel à Prefeitura de São Jorge do Patrocínio para construção de edifícios públicos necessários à administração e futuro Paço Municipal.

Analisando-se a referida iniciativa concluímos que a mesma não fere preceito legal, satisfazendo o que estabelece a Constituição Estadual em seu Art. 21.

Nestas condições, a matéria não encontra qualquer óbice legal ou constitucional que possa impedir a sua normal tramitação, opinando-se pela aprovação na forma do substitutivo geral, que anexo apresentamos a fim de melhor atender à técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

TRAJANO BASTOS

Relator

O SR. PRESIDENTE - (Aribel Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Copeli, no Município de Mandaguari. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Alcimar Triches, filho de tradicional família do Município de Pato Branco. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Honorina Vargas Blanc, ocorrido no dia 07 de outubro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de

pesar pelo falecimento do Sr. Martins Perez, ocorrido no dia 01 de outubro do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Bagio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arquimedes João Garani Peixoto, ocorrido no dia 25 de setembro do corrente ano, no Município de Paranavaí. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Herberto João Carlsson, nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ana Massaneiro Viana, ocorrido no dia 06 de outubro do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Vereador Elvino de Vicente, do Município de Umuarama. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osni Prestes Teixeira, ocorrido no dia 06 de outubro do corrente ano. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Erbert J. Carlsson, ocorrido no dia 06 de outubro do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Félix Brandão Filho, nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Marcos da Silva Porto, ocorrido no dia 03 de outubro do corrente ano, próximo ao Município de Mandaguari. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Odilon da Silva, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ana Castella, ocorrido no dia 7 de outubro do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Herberto João Carlsson, ocorrido no dia 06 de outubro do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do Dia Internacional dos Animais e Dia das Aves. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pela passagem do 30º aniversário de

jornalismo do colunista Dino José Bronze de Almeida. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Corporação do Corpo de Bombeiros do Paraná, pela passagem do 73º aniversário daquela Corporação. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências para que o Paraná possa tirar o máximo proveito da passagem do Cometa Halley, tendo em vista estar o território paranaense situado na região mais favorável para a observação do fenômeno. — Em discussão.

O SR. IVAN GUBERT — (Pela Ordem) Sr. Presidente, foi votado o requerimento?

O SR. PRESIDENTE — (Aníbal Khury) Não. Está encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR, por intermédio da Secretaria da Agricultura, visando a criação e instalação de um laboratório para classificação de sementes no Município de Campo Mourão. —

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio Claro, no Município de Engenheiro Beltrão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine à SANEPAR, a instalação de rede de água tratada no Distrito de Borbônia, no Município de Barbosa Ferraz. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, para que a mesma determine à FUNDEPAR a doação de dez lâmpadas "Halogen" com estilete 220-230V - 2.000W, para refletores NVF-479, para a Cancha de Esportes da Escola Estadual Maria Antonieta Scarpari - Ensino de Primeiro Grau Regular e Supletivo do município de Goioerê. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de elogio ao Prefeito Municipal de Palmeira, pela realização da I EXPOSIÇÃO FEIRA AGROPECUÁRIA DE PALMEIRA, no Parque de Exposições da Colônia Witmarsun. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, com apoio do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Reitor da UEL — Universidade Estadual de Londrina, na condição de Presidente do Conselho Universitário, sugerindo convocação de reunião pública deste órgão para oficializar o processo de eleição direta dos futuros Reitor e Vice-Reitor da referida instituição. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da

Crédito Rural do Banco do Brasil S/A, da ACARPA e do IAPAR encarecendo a liberação de verba, por intermédio das agências do Banco do Brasil S/A, de Telêmaco Borba e Ortigueira, para financiamento do plantio de algodão, para que se possa dar cumprimento ao acordo firmado entre as mencionadas entidades e agricultores daquela região. - **Encerrada a discussão.**

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Gostaria que Vossa Excelência registrasse os meus agradecimentos aos alunos e às professoras que visitam este Poder Legislativo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa registra, com satisfação, a presença dos alunos e professores que se encontram nas galerias.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República e Ministro da Justiça, manifestando a preocupação do povo paranaense diante da séria análise do referido Dr. José Elias Murad, publicado na Revista VEJA. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Superintendente do INAMPS, encarecendo a instalação de uma creche, uma farmácia e um posto de assistência odontológica na Vila Esplanada, Município de Piraquara. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente as Srs. Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação, neste Estado, da Delegacia Policial de Defesa da Mulher. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um telefone público no Ipanema Praia Clube, na BR-376, Km. 438, entre os Municípios de Mandaguçu e Maringá. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, encarecendo que os exames psicotécnicos e médicos para renovação de carteiras continuem sendo feitos na sede do Município de Imbituva. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, objetivando a criação da Comarca de Capitão Leônidas Marques. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, na qualidade de Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, com apoio de três Srs. Deputados membros da mesma, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, sugerindo a reintegração de todos os funcionários de empresas públicas do Estado, cassados ou demitidos por motivo de perseguição política nos últimos anos. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, na qualidade de Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, com apoio de três Srs. Deputados

membros da mesma, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministro da Justiça e Presidente da Câmara Federal, bem como aos líderes de bancadas com representatividade no Congresso Nacional e Câmara Federal, visando apoio à Emenda número 10, concedendo anistia ampla, geral e irrestrita aos cassados, civis e militares. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a ampliação das instalações do Posto de Saúde do Município de Iretama. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a destinação de pedriscos para a Escola Santo Inácio de Loyola, no Município de Fênix. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, visando reformas gerais nas instalações do Colégio Estadual João XXIII, no Município de Janiópolis. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo instrumentos musicais para a Fanfarrã Estudantil do Município de Terra Boa. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico no Colégio Estadual Professor João Faria da Costa, no Município de Nova Cantu. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando a destinação de materiais esportivos para o Colégio Estadual Professor João Faria da Costa, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, no Município de Nova Cantu. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Dino Almeida, pelos seus 30 anos de comunismo. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Matos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, objetivando a construção de um Posto de Saúde no município de Laranjeiras do Sul. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de manifestações de protesto à Sociedade Paranaense de Anestesiologia, à Sociedade Brasileira de Anestesiologia, ao Conselho Federal de Medicina e ao Conselho Regional de Medicina, contra a omissão de socorros gratuitos a contribuintes da Previdência Social. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pelo primeiro aniversário da coluna cultural do jornal "Gazeta do Povo". - **Aprovado.** A Diretoria Legis-

lativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Matos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a criação de três Postos de Saúde nos Distritos de Cantuzinho, Laranjal e Pinhal Grande, no Município de Palmital. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos aos organizadores da XIII Exposição Agropecuária Industrial e VII Exposição-Feira de Animais do Município de Clevelândia. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos à firma ULTRAFÉRTIL S/A — Indústria e Comércio de Fertilizantes, pela inauguração da Lagoa Pulmão, no Município de Araucária. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do documento firmado por ocasião do VIII Encontro do Colégio de Presidentes das Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil - Estado do Paraná, realizado no Município de União da Vitória. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao colunista social Dino Almeida, pela passagem do seu 30.^o aniversário de jornalismo. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um telefone público na mercearia localizada na Rua Joaquim Costa Ribeiro, 300, Bairro Alto, nesta Capital. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, visando a implantação de curso de Segundo Grau, na Escola Estadual Professor Colares, no Bairro de Vila Oficinas, no Município de Ponta Grossa. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Prefeito Municipal de Cascavel, pelo brilhantismo da realização dos 28.^o Jogos Abertos do Paraná. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Matos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, visando a construção de um Posto de Saúde no Município de Altamira do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Matos Leão, constante do expediente, encarecendo estudos a viabilizar uma forma de isentar da taxa para a obtenção da carteira de identidade, aos estudantes maiores de 16 anos, considerados carentes. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Matos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção da Delegacia de Polícia no município de Altamira

do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Matos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo recursos para a instalação de um escritório próprio à Defesa Sanitária Animal da Unidade Veterinária do Município de Pitanga. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, por intermédio da Governadoria do Estado, encarecendo a ampliação da rede de energia elétrica no perímetro urbano do Município de Fênix. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da EBCT — Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por intermédio do Ministério das Comunicações, visando a implantação de um posto de atendimento do Correio no Distrito Administrativo de Farol, Município de Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, visando o reconhecimento do Curso de Magistério do Colégio Estadual Vicente Leporace, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, no Município de Boa Esperança. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esporte, visando a liberação de instrumentos musicais para a formação de uma Fanfarra, no Colégio Cenecista, Ensino de Segundo Grau, no Município de Iretama. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de louvor à C.R.Almeida S/A, Engenharia e Construções, por ter sido escolhida como a empresa de construção pesada de melhor desempenho no Brasil durante o ano de 1984. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências junto às Secretarias da Educação e Administração, no sentido de que seja realizado teste seletivo interno para que os professores do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, se proporcione a oportunidade de ingresso no Quadro Próprio do Magistério. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros de Estado, civis e militares e Deputados Federais, visando apoio às reivindicações da Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia dos Atingidos por Atos Institucionais, no Estado do Rio Grande do Sul. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a instalação de um Posto de Serviço na localidade de São Miguel, Município de Planalto. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 38.^o Aniversário do Município de Cambé. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Francis-

eo Escorsin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a pavimentação da BR-163, trecho entre os Municípios de Marechal Cândido Rondon e Medianeira. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Deputados Federais e Senadores, Representantes do nosso Estado, para que posicionem-se em defesa do PRONOROESTE e PRODOPAR, bem como à SEPLAN, do Ministério do Planejamento, em Brasília, sugerindo uma revisão no atual Projeto de Lei Orçamentária, 1986. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Colégio e Curso Decisivo, pela realização de suas Olimpíadas. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de maior cota de remédios para o setor, no Município de Nova Cantu. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, visando refor-

mas gerais no Colégio Estadual Presidente Médici, no Município de Janiópolis. **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 09, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n. 91 a 108/85, 113 e 116/85 e dos Projetos de Resolução n. 77 a 80/85.

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n. 217/84 e Projetos de Lei n. 236 e 241/84 e 72/85.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n. 25, 42, 79, 131 e 152/85, e dos Projetos de Resolução n. 82 a 94/85.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n. 115, 136, 175, 183, 110, 158, 180, 293, 18, 62, 111, 118, 119, 121, 122 e 129/85.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n. 85/84 e do Projeto de Lei n. 182/84.

Levanta-se a sessão.